

Cássio Ingles de Sousa
and Einar Braathen

Avaliação do Programma Xingu do Instituto Socioambiental

Subtitle english: Evaluation of the Xingu
programme in Amazon Brazil



NIBR

Norwegian Institute for Urban and Regional Research

Cássio Ingles de Sousa
and Einar Braathen

Avaliação do Programma Xingu do Instituto Sociambiental

English Subtitle:
Evaluation of the Xingu programme
in Amazon Brazil

NIBR Report 2010:10

Title: **Avaliação do Programa Xingu do Instituto Socioambiental.**
(Subtitle in English:) Evaluation of the Xingu programme in Amazon Brazil.

Authors: Cássio Ingles de Sousa
and Einar Braathen

NIBR Report: 2010:10
ISSN: 1502-9794
ISBN: 978-82-7071-847-4
Project number: O-2832
Project name: Xingu
Financial supporter: Rainforest Foundation, Norway
(Regnskogfondet)
Head of project: Einar Braathen

Abstract: The report evaluates a major integrated programme for rain forest protection, indigenous rights and alternative models for natural resource management and sustainable development in the Xingu Basin for the period 2005-2008. The evaluators conclude that the programme has contributed to the struggle against deforestation and has been conducted in a correct direction.

Summary: English and Portuguese

Date: June 2010
Pages: 104

Publisher:: Norwegian Institute for Urban and Regional Research
Gaustadalléen 21
0349 OSLO
Telephone (+47) 22 95 88 00
Telefax (+47) 22 60 77 74
E-mail: nibr@nibr.no
<http://www.nibr.no>

Org. no. NO 970205284 MVA
© NIBR 2010

Preface

This report presents the results of an evaluation carried out for the *Rainforest Foundation, Norway* (RFN, Regnskogsfondet). It analyses a major development programme of a Brazilian NGO, Instituto Socioambiental (ISA), in the Xingu Basin in the Amazonas for the period 2005-2008. The Xingu Programme was implemented in close collaboration with the local indigeneous association ATIX - Associação Terra Indígena Xingu, and with the support of RFN.

The evaluation team has consisted of Einar Braathen (NIBR, Oslo) and Cássio Ingles de Sousa, (anthropologist, Brasília).

The team is very grateful to Anna Bjørndal (RFN) and André Villas-Bôas (ISA) for their facilitation of the evaluation mission. André Villas-Bôas also saw to that the evaluation team enjoyed a very well-planned and informative field visit to the Xingu Indigenous Park as well as to the urban sites of Canarana, Querência, Altamira and Brasília in October-November 2009. Particular thanks are owed to the ISA project leaders Rodrigo Prates Junquiera, Paulo Junquiera and Marcelo Salazar and their staff for their valuable assistance during the field visits. The team also appreciates immensely the cooperation of all informants who are listed in Annex II.

The draft report was presented and discussed with the programme stakeholders in Canarana, Brazil, in March 2010. Nonetheless, the authors alone bear the responsibility for the report, its recommendations and conclusions.

Oslo, June 2010

Marit Haug
Research Director

Indice/Table of Contents

Preface.....	1
Índice:	4
Anexos	6
Siglas e abreviaturas.....	7
Summary.....	9
Sumário em português.....	12
1 Introdução.....	15
2 Apresentação da avaliação do Programa Xingu.....	17
2.1 Mandato da avaliação	17
2.2 Metodologia.....	19
2.3 A estrutura do relatório.....	21
3 O Corredor Xingu: o Programa e o seu contexto	23
3.1 O desmatamento, causas e impactos regionais.....	23
3.2 O Parque Indígena do Xingu, as Terras Indígenas e seus novos desafios.....	25
4 Avaliação do “Programa Xingu”	27
4.1 O Programa Xingu do Instituto Socioambiental	27
4.2 Ações no Parque Indígena no Xingu	28
4.3 Educação escolar indígena.....	28
4.4 Alternativas econômicas	33
4.4.1 Manejo florestal.....	33
4.4.2 Produção de mel	38
4.5 Proteção territorial.....	43
4.6 Fortalecimento das organizações indígenas	48
4.7 A ATIX e o protagonismo indígena	53
4.8 O entorno do PIX, cabeceiras do Rio Xingu e a Campanha Y Ikatu Xingu.....	62
4.9 Ações na Terra do Meio e região de Altamira (PA)...	72
4.10 Gestão e coordenação geral do Programa Xingu.....	79
4.11 Parceria Rainforest Noruega e Programa Xingu.....	87

5	Considerações finais.....	89
Anexo I:	Termo de Referência.....	94
Anexo II:	Roteiro e lista de pessoas entrevistadas durante o trabalho de campo.....	103

Índice:

- 1. Introdução**
- 2. Apresentação da avaliação do Programa Xingu**
 - 2.1. Mandato da avaliação
 - 2.2. Metodologia
 - 2.3. A estrutura do relatório
- 3. O Corredor Xingu: o Programa e o seu contexto**
 - 3.1. O desmatamento, causas e impactos regionais
 - 3.2. O Parque Indígena do Xingu, as Terras Indígenas e seus novos desafios
- 4. Avaliação**
 - 4.1. O Programa Xingu do Instituto Socioambiental
 - 4.2. Ações no Parque Indígena no Xingu
 - 4.3. Educação escolar indígena
 - 4.4. Alternativas econômicas
 - 4.4.1. Manejo florestal
 - 4.4.2. Produção de mel
 - 4.5. Proteção territorial
 - 4.6. Fortalecimento das organizações indígenas
 - 4.7. A ATIX e o protagonismo indígena

4.8. O entorno do PIX, cabeceiras do Rio Xingu e a Campanha Y Ikatu Xingu

4.9 Ações na Terra do Meio e região de Altamira (PA)

4.10. Gestão e coordenação geral do Programa Xingu

4.11. Parceria Rainforest Noruega e Programa Xingu

5. Considerações finais

Anexos

I – Termo de referência

II - Roteiro e lista de pessoas entrevistadas

Siglas e abreviaturas

ATIX:	Associação Terra Indígena Xingu
APP:	Área de Preservação Permanente
AVA:	Associação Vida e Ambiente
CPT:	Comissão Pastoral da Terra
CONEEI:	Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena
COIAB:	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
FOIRN:	Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro
FMV:	Fundação Mata Virgem
FUNAI:	Fundação Nacional do Índio
FUNASA:	Fundação Nacional da Saúde / MS
FNMA:	Fundo Nacional do Meio Ambiente / MMA
FVPP:	Fundação Viver Produzir e Preservar
GT:	Grupo de Trabalho
IBAMA:	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio:	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA:	Instituto Socioambiental
MEC:	Ministério da Educação
MMA:	Ministério do Meio Ambiente
MPF:	Ministério Público Federal
MS:	Ministério da Saúde
ONG:	Organização não governamental
PCH:	Pequena Central Hidrelétrica
PIX:	Parque Indígena do Xingu
PX:	Programa Xingu do ISA
PPDS:	Programa Política e Direito Socioambiental
PDA:	Projetos Demonstrativos do Tipo “A”
PDPI:	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PPP:	Projeto político-pedagógico
RFN:	Rainforest Foundation Noruega
RCA:	Rede de Cooperação Alternativa
REDD:	Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação
RESEX:	Reserva Extrativista
SEDUC:	Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso
SIF:	Serviço de Inspeção Federal
SPI:	Serviço de Proteção ao Índio
TI:	Terra Indígena
UC:	Unidade de Conservação

Summary

Cássio Ingles de Sousa and Einar Braathen

Evaluation of the Xingu programme in Amazon Brazil

NIBR Report 2010:10

The aim of this report is to present an independent evaluation of the Xingu programme of Instituto Socioambiental, Brazil.

The Xingu River, flowing 2.700 km from the state of Mato Grosso to the state of Pará, is the most important tributary to the Amazon River in the southeast Amazonas. The Xingu Basin, the catchment area surrounding the river, is more than 500.000 km² and includes pristine areas with high biodiversity from the open savanna grasslands (cerrado) in its far south to the rainforests in the north. The sources of the Xingu River have been the centre of the most rapid deforestation in Brazil, and perhaps also of the world, during the last years. This deforestation is mainly due to cattle grazing and large scale cultivation, especially of soya, for export markets.

The cultural diversity of the region is also remarkable. The indigenous population counts 15 000 persons, divided in 22 peoples, while the basin has a population of around 200 000.

Since 1995 the Rainforest Foundation Norway (RFN) has supported the Xingu Programme of Instituto Socioambiental (ISA) and the Associação Terra Indígena Xingu (ATIX). Until 2003 the programme and RFN's support concentrated on lands of indigenous peoples - Parque Indígena do Xingu and TI (Terra Indígena) Panará. From 2003, however, the programme expanded into the River Xingu basin, as part of the campaign Y Ikatu Xingu, and reached the northern region of the basin, Terra do Meio, in the state of Pará in order to obtain the recognition of a mosaic of nature conservation territories.

The work of the Xingu programme is organised along six lines of action:

1. People's sustainability. Promoting sustainable livelihoods among the indigenous peoples, river peoples and family agriculture units by enhancing the value of sustainable agro-forestry and extractive production.
2. Networks for management models. Promote networks bent on the development of models for the management of the corridor of protected areas in the Xingu Basin. Includes the Y Ikatu Xingu-campaign.
3. Territorial protection and natural resource management. Support initiatives of territorial protection and natural resource management in the indigenous lands, oriented towards enhancing the value of local agro-biodiversity and sustainability.
4. Economic alternatives. Develop economic alternatives and adequate parameters for the commercialization of products from indigenous and other peoples (povos extrativistas) living on a self-subsistence basis in the forests;
5. Strengthen indigenous associations in mid- and lowland Xingu and in the TI Panará;
6. Consolidation of indigenous schools. Consolidate differentiated schools specifically for the indigenous peoples of the Xingu park and the TI Panará;

The evaluation was to cover the processes, results and impacts of the cooperation project of RFN with ATIX and ISA, by means of a critical analysis of the relevance and performance of the Xingu programme of ISA and ATIX in the period 2005-2008.

Field visits were made from October 29 to November 10, 2009, with a very intensive agenda of activities which included interviews, meetings, informal conversations, participation in events and direct observation of activities.

The evaluation confirms that the Xingu programme has contributed to the struggle against deforestation. However, it is difficult to estimate with clarity and precision the extent of this achievement. A more precise analysis of this impact remains to be done. The Xingu programme demonstrated efficiency in the conduct of its actions. The ISA teams involved are very motivated

and qualified for their tasks. The efficiency has been as high as expected. Although one should take into consideration the methodological and time constraints of the study, the evaluators did not observe activities that could or should be replaced by other more cost-efficient activities.

Regarding the work with the indigenous peoples, the key question is the strengthening of their capacities and autonomy. It is a very difficult task to know when to wait for the indigenous initiative, when to provide incentives, and when to see the necessity of being more pro-active and take the initiative. There are not only “knowledges” or “techniques” to be assimilated by the indigenous peoples, but also new logics and visions of the world. This transformation may take many generations.

The relation between the governance of the overall programme and the management of each of its components is of strategic importance. Although the assessment of the current relation is positive, the evaluators think that RFN should provide more support and take a more active partner role at the level of strategic management.

In summary, the Xingu programme, in spite of all the challenges, has produced significant achievements. Although many of its measures and strategic actions need a longer time period before they can produce tangible impacts, the evaluation has identified some observable and positive results. The relevance of the programme is high, perhaps even higher in 2009 than in 2005. The programme is efficient at all levels. Measures have been taken to ensure sustainability. In conclusion, the Xingu programme is on the right track.

Sumário em português

Cássio Ingles de Sousa and Einar Braathen

Avaliação de Programa Xingu do Instituto Socioambiental

Este relatório tem o objetivo de apresentar uma avaliação independente do Programa Xingu do Instituto Socioambiental.

O Rio Xingu, com seus 2.700 km entre Mato Grosso e o Pará, é o afluente mais importante do Rio Amazonas no sudoeste da Amazônia. A Bacia do Xingu (área drenada pelo rio) é maior que 500.000 km² e inclui áreas naturais ímpares com alta biodiversidade, desde a transição do cerrado no extremo sul desta região até a floresta tropical mais ao norte. As cabeceiras do Rio Xingu ficam no centro da chamada faixa de desmatamento na Amazônia brasileira. Esta é a região que mais tem sido desmatada no Brasil – e talvez no mundo também - nos últimos anos, em grande parte devido à pecuária e agricultura industrial de grande escala para exportação (especialmente soja, para a Noruega e outros países).

A diversidade cultural na região é também bastante expressiva. A população indígena nesta área é de cerca de 15 000 indígenas, divididos em 22 povos, enquanto a população local na bacia é de cerca de 200 000 pessoas.

Desde 1995 a Rainforest Foundation Noruega (RFN) vem apoiando o Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA) e a Associação Terra Indígena Xingu (ATIX). Até 2003 o escopo de atuação do Programa Xingu e do apoio da RFN se concentrou no Parque Indígena do Xingu e na TI Panará. A partir de 2003, entretanto, o Programa Xingu do ISA ampliou sua ação na bacia do Rio Xingú, no âmbito da campanha Y Ikatu Xingu. Também ampliou sua atuação para a região da Terra do Meio, situada no

norte da bacia, no estado do Pará, buscando o reconhecimento de um mosaico de unidades de conservação.

O trabalho do Programa Xingu está organizado em seis linhas de ação:

1. Sustentabilidade das populações. Promover a sustentabilidade das populações indígenas, ribeirinhas e agricultores familiares através da valorização da produção agroflorestal extrativista sustentável;
2. Articulações para modelos de gestão, Promover articulações voltadas ao desenvolvimento de modelos de gestão do corredor de áreas protegidas da Bacia do Xingu. Inclui Campanha Y Ikatu Xingu;
3. Proteção territorial e a gestão dos recursos naturais. Apoiar iniciativas de proteção territorial e a gestão dos recursos naturais nas TIs, voltadas à valorização da agrobiodiversidade local, à sustentabilidade;
4. Alternativas econômicas. Desenvolver alternativas econômicas e parâmetros adequados de comercialização para produtos indígenas e de extrativistas;
5. Fortalecer associações indígenas do médio e baixo Xingu e da TI Panará;
6. Consolidação de escolas indígenas. Consolidar escolas indígenas diferenciadas e específicas para os povos do Parque do Xingu e TI Panará;

A avaliação devia abranger os processos, resultados e impactos do projeto de cooperação da RFN com ATIX e ISA, através de uma análise crítica da relevância e do desempenho do Programa Xingu do ISA e Associação Terra Indígena Xingu ATIX, no período 2005-2008.

Foi realizada visita de campo (29 de outubro a 10 de novembro de 2009), com intensa agenda de atividades que incluiu entrevistas, reuniões, conversas informais, participação em eventos e observação direta de atividades.

Diante da avaliação geral feita sobre os componentes, podemos afirmar com certa segurança, que o Programa Xingu tem contribuições para o combate ao desmatamento. Porém, é difícil

estimar com clareza e precisão qual o grau desta contribuição. Uma análise mais precisa sobre este impacto deve ficar para uma próxima oportunidade. O Programa Xingu demonstrou eficiência na condução de suas ações. As equipes envolvidas são muito motivadas e qualificadas para realizar suas tarefas. A “produtividade” nos pareceu tão alta quanto se poderia esperar. Considerando todas as limitações metodológicas da avaliação, não pudemos observar atividades que pudessem ou deveriam ser substituídas por outras que apresentassem um “custo-benefício” evidentemente mais vantajoso.

Em relação ao trabalho com os povos indígenas, a questão chave é o fortalecimento das capacidades e a autonomia. Reconhecemos que é uma difícil tarefa, saber quando esperar pela iniciativa indígena, quando incentivá-la e quando é necessário ser mais pró-ativo e assumir a iniciativa. Não são apenas “conhecimentos” ou “técnicas” a serem assimiladas pelos povos indígenas, mas também novas lógicas e visões de mundo. Esta transformação, no entanto, só é possível através das gerações

A relação entre a governança do Programa e a gestão de cada um de seus componentes tem importância estratégica. Ainda que nossa avaliação desta relação seja positiva, acreditamos que a RFN poderia prestar apoio e assumir papel de parceria mais ativo neste nível de gestão estratégica.

À guisa de conclusão geral, nossa conclusão é que o Programa Xingu, a despeito de todos os desafios colocados em seu horizonte futuro, demonstrou muitas conquistas e um direcionamento correto desde 2005. Apesar de muitas de suas medidas e ações estratégicas carecerem de um período maior para produzir impactos mais tangíveis, nossa avaliação identificou alguns resultados positivos já observáveis. A relevância do Programa é evidentemente alta, talvez até mais alta em 2009 do que em 2005. É clara também a eficiência do Programa, em todos seus níveis, assim como medidas para buscar sua sustentabilidade têm sido tomadas.

Em termos gerais, portanto, podemos considerar que o Programa Xingu “está no rumo certo”.

1 Introdução

Este relatório tem o objetivo de apresentar uma avaliação independente do Programa Xingu do Instituto Socioambiental, realizada pelos consultores Cássio Noronha Ingles de Sousa e Einar Braathen. A avaliação foi balizada pelas orientações metodológicas e de conteúdo apresentadas no Termo de Referência (ver Anexo 1), acordado entre as instituições parceiras do Programa: Instituto Socioambiental (ISA), Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) e Rainforest Foundation Noruega (RFN). Salientamos que o Anexo representa uma versão preliminar do Termo de Referência, pois não chegamos a receber uma versão final do mesmo. Por falta de tempo, as tratativas de conteúdo, metodológicas e do processo da avaliação foram acordadas através troca de mensagens eletrônicas entre o ISA, RFN e os avaliadores.

Desde 1995 a Rainforest Foundation Noruega (RFN) vem apoiando o Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA) e a Associação Terra Indígena Xingu (ATIX). Até 2003 o escopo de atuação do Programa Xingu e do apoio da RFN se concentrou no Parque Indígena do Xingu e na TI Panará.

A partir de 2003, entretanto, o Programa Xingu do ISA ampliou sua ação na bacia do Rio Xingú, passando a atuar na região das cabeceiras do Xingu no Estado de Mato Grosso, no entorno do Parque Indígena do Xingu, onde desde então vem promovendo iniciativas de responsabilidade socioambiental compartilhada, no âmbito da campanha Y Ikatu Xingu, que visam a adequação socioambiental das propriedades e dos municípios da região.

Neste mesmo período o Programa ampliou sua atuação para a região da Terra do Meio, situada no norte da bacia, no estado do Pará, buscando o reconhecimento de um mosaico de unidades de conservação. Sua ênfase é promover o reconhecimento dos direitos territoriais e desenvolvimento de ações voltadas para a

sustentabilidade política, econômica e cultural da população extrativista que habita as Reservas Extrativistas da região.

Por isso, desde 2005 o Programa Xingu abrange três focos geográficos: a) Parque Indígena do Xingu e TI Panará; b) Cabeceiras do Rio Xingu (ou seja o entorno do Parque Indígena do Xingu) e c) Região da Terra do Meio. O trabalho do Programa Xingu está organizado em seis linhas de ação:

1. Sustentabilidade das populações. Promover a sustentabilidade das populações indígenas, ribeirinhas e agricultores familiares através da valorização da produção agroflorestal extrativista sustentável;
2. Articulações para modelos de gestão, Promover articulações voltadas ao desenvolvimento de modelos de gestão do corredor de áreas protegidas da Bacia do Xingu. Inclui Campanha Y Ikatu Xingu;
3. Proteção territorial e a gestão dos recursos naturais. Apoiar iniciativas de proteção territorial e a gestão dos recursos naturais nas TIs, voltadas à valorização da agrobiodiversidade local, à sustentabilidade;
4. Alternativas econômicas. Desenvolver alternativas econômicas e parâmetros adequados de comercialização para produtos indígenas e de extrativistas;
5. Fortalecer associações indígenas do médio e baixo Xingu e da TI Panará;
6. Consolidação de escolas indígenas. Consolidar escolas indígenas diferenciadas e específicas para os povos do Parque do Xingu e TI Panará;

2 Apresentação da avaliação do Programa Xingu

2.1 Mandato da avaliação

A avaliação deve abranger os processos, resultados e impactos do projeto de cooperação da RFN com ATIX e ISA, através de uma análise crítica da relevância e do desempenho do Programa Xingu do ISA e Associação Terra Indígena Xingu ATIX, no período 2005-2008.

Desta forma, os avaliadores tiveram que analisar ações realizadas numa vasta área geográfica (toda a bacia de Xingu tem mais de 500 000 km²) e as diversas linhas de ação do Programa Xingu.

O Termo de Referência apresenta um grande numero de questões a serem consideradas como com base em parâmetros de relevância, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade. Também faz parte da responsabilidade dos avaliadores a apresentação de subsídios e recomendações para processos e ações em andamento e para futuros planejamentos e tomadas de decisão de ISA, ATIX e RFN.

A complexidade da avaliação realizada é ainda incrementada pelo fato de serem três as fontes de apoio e “acordos” da RFN para o Programa Xingu, todas elas com recursos do governo norueguês:

1. Acordo geral¹ entre Norad e RFN para o período 2003-2007;
2. Acordo geral entre Norad e RFN para o período 2008-2012;

¹ Em ingles 'Framework agreement' e em norueguês "Rammeavtale".

3. Acordo entre o Ministério das Relações Exteriores da Noruega o RFN para o período 2008-2010, chamado de “Pacote Amazônia”.

O segundo e o terceiro acordos representam uma continuação direta do primeiro (2003 – 2007). Entre o segundo e o terceiro acordos há uma certa sobreposição nas referências ao Programa Xingu, para o qual é usado o seguinte título: *“Gestão sustentável dos territórios contínuos na Amazônia com base nos direitos dos povos”*.

O Termo de Referência, entretanto, não inclui a estrutura e aspectos técnicos do lado norueguês e nem tampouco está definido que os avaliadores deveriam abordar a relação entre a RFN e o ISA num nível mais geral. Desta forma, o foco da avaliação foi direcionado aos parceiros brasileiros (ISA e ATIX) e suas atividades e parcerias estabelecidas nas regiões da Bacia do Xingu. Ainda assim, os avaliadores procuraram incluir, nas suas análises, as implicações da relação entre a RFN e seus parceiros ao nível do Programa Xingu.

Este relatório, portanto, procura atender devidamente o que foi estabelecido no Termo de Referência, embora seja preciso salientar algumas restrições:

- Em termos temporais, embora a idéia inicial tenha sido de 2003 a 2008, ficou acordado que a avaliação se concentraria no período de 2005 a 2008, o que coincide com as mudanças mais significativas do Programa Xingu.
- Em termos geográficos, apesar de constar do Termo de Referência, a TI Panará não foi visitada. A avaliação das áreas indígenas, portanto, se concentrou no Parque Indígena do Xingu e terras vizinhas (principalmente TI Wawi). Porém, é possível dizer que foi possível realizar uma avaliação indireta da TI Panará, já que a mesma está sendo abordada pelo mesmo formato e princípios de trabalho do Programa Xingu do ISA. De qualquer forma, não temos condições de realizar análises e reflexões diretas sobre os Panará.

Em termos analíticos, esta avaliação terá mais condições de focar com mais consistência processos, em comparação aos impactos. Algumas linhas de ação foram iniciadas há pouco tempo, o que limita as expectativas de verificação de impactos mais tangíveis sobre as condições sócio-ambientais analisadas. Porém, na medida

do possível, foram indicados os impactos já identificáveis, assim como alguns resultados em termos organizacionais.

Outras características de planejamento dos programas avaliados também dificultaram a avaliação de impacto, como por exemplo a falta de um estudo básico geral sobre as realidades com as quais trabalha. Além disso, em termos metodológicos, os indicadores são genéricos e prioritariamente qualitativos.

Assim, uma avaliação de impactos adequada demandaria um período de campo muito mais longo. Desta forma, seria possível realizar uma abordagem de avaliação qualitativa mais abrangente, além de estabelecer uma avaliação baseada em séries temporais retrospectivas de dados quantitativos.

De qualquer forma, a despeito das limitações acima indicadas, foi plenamente possível abordar as questões principais estabelecidas pelo Termo de Referência, que procuram indicar em que medida o Programa Xingu e seus componentes estão se movendo na direção correta.

2.2 Metodologia

Uma avaliação – de projeto ou programa – pode ser realizada com base em duas categorias metodológicas. A primeira é referente à análise *a posteriori* (summative), procurando estabelecer relações causais entre insumos (inputs) e resultados (outputs), geralmente baseada em modelos estatísticos. Esta abordagem busca verificar a eficiência e eficácia atual de um projeto ou programa, analisando seus objetivos e metas estabelecidas, recursos (humanos, financeiros etc.) e os resultados alcançados. As formas mais típicas deste tipo de avaliação são análises de “custo – benefício” ou “custo – eficácia”.

Em contraste, a segunda categoria de avaliação é direcionada para o processo de aprendizagem organizacional (formative), procurando estabelecer informações e recursos para que uma organização melhore seu modo operacional e performance. Seu objetivo é ter uma melhor compreensão dos complexos processos de “comportamento” organizacional interno, visando estabelecer conhecimento e massa crítica para fortalecer a operação e o desempenho organizacional.

A presente avaliação procurou combinar as duas abordagens, embora as condições apresentadas favorecessem o segundo tipo. Esta avaliação se baseou em diversas fontes de informação. Em primeiro lugar, foi analisada farta documentação fornecida pela equipe do Programa Xingu: relatórios de atividades, estudos técnicos, materiais de divulgação, publicações, projetos e “documentos-síntese” referentes às distintas linhas de ação do programa. Uma parte deste material foi fornecida para análise preliminar dos avaliadores e o restante foi sendo entregue durante o contato direto com as equipes do Programa.

Foi realizada visita de campo (29 de outubro a 10 de novembro de 2009), com intensa agenda de atividades que incluiu entrevistas, reuniões, conversas informais, participação em eventos e observação direta de atividades.

Devido aos objetivos da avaliação, a delimitação territorial da visita de campo foi muito abrangente. Com a exceção da TI Panará, todas as três áreas geográficas abrangidas pelo Programa Xingu foram visitadas, especialmente o Parque Indígena do Xingu (quatro dias). O contato com a região do entorno do PIX envolveram visitas ao Assentamento Brasil Novo (agricultura familiar), viveiro de mudas de Canarana, escola parceira e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana. A visita à região da Terra do Meio limitou-se à cidade de Altamira.

O planejamento detalhado dos locais visitados e pessoas entrevistadas e contatadas foi realizado pelo ISA. Não houve tempo hábil para que os avaliadores pudessem fazer sugestões significativas a este planejamento, embora tenham sido devidamente providenciados alguns ajustes pontuais solicitados durante os trabalhos de campo. Ainda assim, para uma avaliação mais abrangente do Programa, deveriam ser realizadas mais entrevistas e contatos com outras pessoas e instituições, inclusive aqueles que pudessem apresentar uma visão mais crítica, tal como grandes produtores rurais (não necessariamente aqueles relacionados à Campanha Y Ikatu Xingu), políticos regionais, representantes indígenas do Alto Xingu, FUNAI etc.

Desta forma, podemos dizer que a “delimitação social” desta avaliação tem um forte viés ”interno”, ou seja, mais voltado para a equipe do ISA e seus parceiros mais próximos. Entendemos, entretanto, que a limitação de tempo disponível para os trabalhos

de campo foram determinantes para esta limitação. Fica, no entanto, a sugestão de ampliar o conjunto de contatos para uma próxima fase ou edição da avaliação.

Por fim, também tivemos que nos ajustar a alguns eventos imprevistos que tiveram impacto significativo sobre nossas visitas, causando inclusive cancelamentos e mudanças de itinerário. A visita de campo dos avaliadores coincidiu com a intensificação de ações relativas à campanha local contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Vários representantes indígenas estiveram envolvidos em encontros e reuniões. A visita a uma aldeia importante para a avaliação (Tuba-tuba) teve que ser cancelada pois a maior parte de suas lideranças havia viajado para participar de uma grande reunião para discutir o tema na aldeia Kayapó do Piaracu.

O material analisado e as pessoas contatadas (ou não contatadas) serão apresentadas em maiores detalhes nas seções posteriores deste relatório, de acordo com as linhas de ação / componentes específicos do Programa Xingu.

Não foi possível para a equipe de avaliadores verificar a consistência de cada informação específica apresentada. Porém, as visitas e contatos realizados, bem como a análise e discussão posteriormente realizadas, nos permitem concluir que a documentação providenciada pelo ISA e ATIX são totalmente confiáveis. Além disso, a equipe também se esforçou para realizar a “triangulação” e interpretação das informações disponíveis, portanto acreditamos que as conclusões e recomendações correspondam à realidade abordada.

2.3 A estrutura do relatório

Neste Relatório, será apresentada uma breve contextualização da realidade social, econômica e ambiental do “Corredor Xingu”, enfatizando questões relativas ao desmatamento e degradação ambiental e a situação de povos indígenas e populações tradicionais.

Em seguida, será realizada a avaliação de cada um dos componentes do Programa Xingu:

- Atividades realizadas no PIX (educação escolar indígena, atividades econômicas, proteção territorial, fortalecimento das organizações indígenas e gestão do programa);
- Entorno do PIX e região das cabeceiras do rio Xingu e
- Região da Terra do Meio.

Para cada um dos itens abordados na avaliação, será apresentada uma breve leitura do contexto de transformações observado entre 2005 e 2008. Desta forma, explicitamos a base de informações e análise de conjuntura que subsidiou nossa avaliação de cada um dos itens, que aborda alguns elementos chave como relevância, impactos, eficiência, eficácia e sustentabilidade. Por fim, são feitas algumas recomendações específicas para cada item.

Também será feita breve avaliação da relação de parceria entre a RFN e o Programa Xingu. Nas considerações finais, apresentamos a visão geral dos avaliadores, assim como algumas recomendações de caráter mais estratégico.

Não será abordada de forma direta a questão das “lições aprendidas”. Os limites deste processo de avaliação não permitiram uma reflexão com a suficiente consistência para que fossem sistematizadas tais lições. De qualquer forma, acreditamos que o relatório pode servir de base para a continuidade do processo de reflexão sobre o Programa Xingu. Está prevista a realização de um Seminário, quando este tema pode ser analisado coletiva e conjuntamente, o que enriquece e amplia o processo de aprendizagem.

3 O Corredor Xingu: o Programa e o seu contexto

O Rio Xingu, com seus 2.700 km entre Mato Grosso e o Pará, é o afluente mais importante do Rio Amazonas no sudoeste da Amazônia. A Bacia do Xingu (área drenada pelo rio) é maior que 500.000 km² e inclui áreas naturais ímpares com alta biodiversidade, desde a transição do cerrado no extremo sul desta região até a floresta tropical mais ao norte.

A diversidade cultural na região é também bastante expressiva, com a presença de uma série de povos indígenas e diferentes comunidades tradicionais. A população indígena nesta área é de cerca de 15 000 indígenas, divididos em 22 povos, enquanto a população local na bacia é de cerca de 200 000 pessoas.²

3.1 O desmatamento, causas e impactos regionais

As cabeceiras do Rio Xingu ficam no centro da chamada faixa de desmatamento na Amazônia brasileira. Esta é a região que mais tem sido desmatada no Brasil – e talvez no mundotambém - nos últimos anos, em grande parte devido à pecuária e agricultura industrial de grande escala para exportação (especialmente soja, para a Noruega e outros países).

Uma combinação de fatores produziram o desmateamento: a construção de rodovias (Cuiabá - Santarém, BR 158,

² RFN, 2007, *Gestão sustentável dos territórios contínuos na Amazônia com base nos direitos dos povos*. Documento Programático: Planejamento para cooperação entre a Rainforest Foundation Noruega e o Ministério das Relações Exteriores da Noruega. Para o período 2008 – 2010. (o chamado “Pacote Amazônia”).

Transamazônica e BR 80); a criação e expansão de núcleos urbanos; a implantação de grandes projetos pecuários; a formação de pólos de exploração madeireira, assentamentos promovidos pelo INCRA; e mais recentemente, projetos de monocultura decorrentes da expansão do eixo da soja no Estado do Mato Grosso.

A chegada da soja no final da década de 90 revigorou este modelo econômico, acumulando um enorme passivo ambiental, aprofundando os impactos ambientais sobre a biodiversidade regional e fragilizando a sustentabilidade das populações indígenas e caboclas localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu.

O desmatamento extensivo e a agricultura industrial ao longo das nascentes do Xingu tem impacto direto sobre os recursos hídricos e biológicos da região das cabeceiras do rio Xingu, constituindo uma séria ameaça ao ecossistema e às comunidades ribeirinhas e outras atividades econômicas extrativistas e de base comunitária.

A degradação dos recursos hídricos das cabeceiras do Xingu começaram a ser percebidas por indígenas que circulam pela região, passando a buscar formas de encontrar soluções para o problema. Esta iniciativa faz parte do contexto de criação da campanha Y Ikatu Xingu em 2004.

Nos últimos anos, tem sido observada uma relativa desaceleração do desmatamento regional, devido a diversos fatores: esforços das autoridades brasileiras, queda do preço da soja e da carne bovina no mercado internacional e valorização do Real em relação ao Dólar Norte-americano.

Porém, esta conjuntura pode mudar, revertendo a tendência dos índices de desmatamento, que podem novamente ter um incremento. Uma das preocupações da ISA e RFN é que as mudanças climáticas e o crescente interesse, por exemplo, de parte da indústria da soja sobre o biodiesel, impulsionem a subida dos preços elevando descontroladamente a escala do desmatamento. O comércio de créditos de carbono é um fator novo que pode introduzir mais atores globais, trazendo oportunidades, mas também podendo complicar ainda mais a governança da Bacia do Xingu.

As atividades de desmatamento também ocorrem onde há grandes áreas contínuas de floresta protegida. A região da “Terra do Meio”, por exemplo, sofre historicamente processos de conflitos fundiários e grilagem, tendo observado uma intensificação do desmatamento nos anos 90. A pressão exercida pela sociedade civil, entretanto, resultou na criação de diversas áreas protegidas na região a partir de 2005, integrando um corredor de Unidades de Conservação e Terras Indígenas que totalizam 250 000 Km².

Contudo, ainda não há um plano coeso para o manejo destes territórios. Por esta razão a criação de novos modelos de gestão sustentável para este corredor como um todo é altamente necessária. Com esta finalidade, é igualmente necessário sensibilizar e buscar o apoio de todas instâncias governamentais - as prefeituras do entorno, os governos dos estados (Mato Grosso e Pará) e instâncias federais como IBAMA, FUNAI e CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), bem como os setores do governo e da sociedade civil.

3.2 O Parque Indígena do Xingu, as Terras Indígenas e seus novos desafios

O mapa do desmatamento na Amazônia, divulgado em 2003 a partir de imagens de satélite produzidas pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), é apenas mais uma evidência que comprova a relevância estratégica das Terras Indígenas na conservação ambiental e proteção da biodiversidade. Sobretudo nas áreas mais pressionadas pelo processo de ocupação – norte do Mato Grosso, Sul do Pará, Acre e o lado oeste de Rondônia – o estado de conservação ambiental das Terras Indígenas contrasta radicalmente com seu entorno degradado.

O Parque do Xingu³ possui hoje uma extensão de 2.8 milhões de hectares, com um perímetro de 920 km, localizado em uma região que apresenta grande diversidade biológica e cultural. Abriga 14 povos que falam o mesmo número de línguas, referentes aos quatro principais grupos lingüísticos nativos do país: Tupi, Aruak,

³ A caracterização do PIX e de sua região tomou como base: ISA, 2009, “Projeto de Proteção e Fiscalização do Parque Indígena do Xingu. São Paulo”, setembro de 2009. (Texto síntese)

Karib e Jê. A população atual do PIX é de cerca de quatro mil pessoas, distribuídas em mais de 40 aldeamentos. Situa-se numa área de transição ecológica, formada por floresta amazônica ao norte e cerrado ao sul, onde estão representados diversos tipos de ecossistemas, como cerrados, campos, florestas de várzea e floresta de terra firme, o que o torna uma área de extrema relevância do ponto de vista da biodiversidade e da sociodiversidade que abriga.

O Parque foi oficialmente decretado no ano de 1961, deixando de fora dos seus limites porções importantes de territórios de ocupação histórica de povos indígenas tradicionais do Xingu. Por esta razão, durante o período de 1955 e 1975, ocorreram transferências, para dentro dos limites do Parque, de outros grupos indígenas (Kaiabi, Ikpeng, Tapaiuna e Panará), moradores das regiões circunvizinhas da bacia do Xingu.

O chamado Alto Xingu reúne um conjunto de nove etnias dos troncos lingüísticos Karib, Aruak e Tupi, conhecido como complexo cultural do Uluri. Esta região possui como centro de assistência de referência o Posto Leonardo da FUNAI. O chamado Baixo Xingu reúne três etnias, Kinsedjê (antes denominados Suyá), Yudja e Kaiabi e tem como centro de referência o posto Diauarum da FUNAI. O Posto Pavuru, que surgiu em meados da década de oitenta, passou a ser referência para os Ikpeng, Trumai e algumas aldeias Kaiabi.

Atualmente, os povos no Parque Indígena do Xingu enfrentam desafios que têm reforçado a necessidade de unidade interna para combater ameaças externas, tais como a proteção dos limites do PIX e seu entorno, consolidação da educação escolar indígena diferenciada e o fortalecimento das associações indígenas.

Além do desmatamento e da poluição já mencionados, a intensificação do aproveitamento energético da bacia do Xingu representa outro grande problema. Na outra ponta do Xingu, no estado do Pará, a grande ameaça é a construção de Belo Monte, segunda maior hidrelétrica do país em capacidade nominal de geração. Ela alagará 440 km² da Grande Volta do Xingu e deve produzir até 11 mil megawatts, quase uma Itaipu (14 mil MW).

4 Avaliação do “Programa Xingu”

4.1 O Programa Xingu do Instituto Socioambiental

No período analisado no contexto desta avaliação (2005 a 2008), o Programa Xingu observou transformações profundas e estruturais. Passou de um Programa prioritariamente focado em ações no Parque Indígena do Xingu (PIX), com ações complementares e pontuais em outras regiões, a um programa que efetivamente abarca uma vasta extensão territorial, por toda a bacia do Xingu.

Em 2005, a Campanha Y Ikatu Xingu, que concentrava os trabalhos no entorno do PIX e região das cabeceiras do rio Xingu caminhava articulada, mas em paralelo às ações realizadas no PIX. Em 2008 é um componente efetivo do Programa Xingu, com equipe própria consolidada, amplo conjunto de atividades em andamento e uma diversificada rede de parceiros e financiadores estabelecida.

Em relação aos trabalhos na região da Terra do Meio, em 2005 a principal atuação do Programa Xingu do ISA era a realização de alguns estudos e articulação com algumas instituições. Atualmente, esta é uma nova linha de atuação do PX / ISA, que definitivamente estabeleceu base na região, através da instalação de escritório em Altamira, contratação de equipe própria, execução de diversos projetos e atividades concretos, estabelecimento de interlocução efetiva com moradores das RESEX e articulação e parcerias com instituições variadas na região.

A avaliação, a ser realizada a seguir, procura apresentar brevemente e refletir sobre estas transformações e analisar suas principais conquistas, dificuldades e desafios a serem enfrentados e sugerir algumas recomendações para o aprimoramento dos trabalhos.

4.2 Ações no Parque Indígena no Xingu

Respeitando a forma de organização interna do Programa Xingu, esta avaliação abordará as ações no PIX em quatro seções: educação escolar indígena, alternativas econômicas (manejo florestal e apicultura), proteção territorial e fortalecimento das associações indígenas.

A abrangência étnica da ATIX inclui todos os povos indígenas do PIX, embora algumas etnias tenham representação e participação mais destacada, especialmente as do Baixo Xingu. A atuação do ISA está focada mais entre as etnias do Baixo Xingu, a saber, Kaiabi, Kinsedjê, Yudjá (antes denominados Juruna) e Ikpeng (Antes Txicão).

4.3 Educação escolar indígena

A avaliação do componente da Educação Indígena foi baseada na análise de vasta documentação, que incluiu o documento síntese, preparado pela equipe do ISA e diversos relatórios de atividades.

Em campo, o tema foi discutido com as técnicas do componente (Paula e Rosana), o coordenador adjunto para o PIX (Paulo) e coordenador geral do Programa (André). Para uma ampliação e aprofundamento da avaliação sobre este tema, seria importante ter contato com professores indígenas, gestores das escolas indígenas nas aldeias, técnicos da SEDUC e Secretarias Municipais de Educação. Também seria interessante contato com lideranças indígenas das aldeias de todo o PIX, inclusive do Alto Xingu.

Com esta ampliação de contatos, seria possível aprofundar a reflexão e análise sobre a consolidação da educação diferenciada nas aldeias e redefinição do papel do ISA neste novo contexto.

Em relação ao contexto geral da educação indígena no PIX no período abordado na avaliação, foram várias e importantes as transformações.

No plano local, é neste período que se consolida a “institucionalização” das escolas indígenas no PIX, a partir do fortalecimento da presença do Estado, através do governo estadual (SEDUC / MT), que realizou a implantação de infra-estrutura (construções, mobiliário, equipamentos etc.), formalização das escolas indígenas estaduais (com orçamento, funcionários etc.), contratação de professores e funcionários, fornecimento de merenda escolar, entre outras ações. Além disso, a SEDUC / MT passa a assumir os cursos de formação de professores indígenas do PIX.

Seguindo tendência de “afirmação étnica” dos povos indígenas do PIX, as escolas indígenas se consolidam em torno de cada um dos povos indígenas. Nas aldeias maiores de cada povo são instaladas as escolas “centrais”, que coordenam o trabalho de salas de aula das aldeias menores.

No plano nacional, a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena implementou processo de consulta aos povos indígenas sobre o tema da educação escolar através de oficinas locais e regionais, que culminaram com a realização da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI (16 e 20 de novembro de 2009). Os povos indígenas do PIX participaram ativamente deste processo, realizando todas as oficinas locais e produzindo um documento com 100 pontos referentes à educação escolar indígena, que foram levados para a CONEEI. Nesta Conferência, também foi discutida a implementação da política dos Territórios Etnoeducacionais, uma tentativa do MEC de ajustar a educação escolar indígena às realidades regionais.

Também foram importantes as transformações do trabalho do ISA em relação à educação escolar indígena. É neste período que ocorre a retirada dos povos indígenas do Alto Xingu do processo de formação de professores indígenas, ainda conduzido pelo ISA naquele momento.

Além disso, com a entrada da SEDUC / MT no processo, o ISA também deixa de realizar a formação de professores indígenas no

PIX, uma de suas principais atividades relativas à educação escolar desde o início do Programa Xingu.

Neste contexto, a equipe de educação passa a se “especializar”, ficando cada uma das técnicas responsável por povos e escolas específicas. As perspectivas atuais de atuação do ISA em relação à educação são:

- Reforço da qualidade de formação dos professores indígenas. Considerando a baixa qualidade da formação proporcionada pela SEDUC, o ISA tem investido esforços para garantir a qualidade do trabalho dos professores, através das oficinas nas comunidades (para trabalhar tanto temas de interesse dos professores como metodologia de ensino), acompanhamento do trabalho dos professores em sala de aula e apoio na produção de material didático. O ISA também apóia o Núcleo de Estudos em Educação, que inclui professores indígenas de vários povos distintos, o que representa uma oportunidade de manter o intercâmbio entre os professores após o término do curso. A equipe do ISA também tem assessorado os gestores indígenas no processo de formalização das escolas no PIX.

- Apoio às discussões sobre as línguas indígenas e sua ortografia (sociolinguística), em decorrência da demanda indígena sobre o assunto, especialmente devido ao processo de reavaliação da língua falada e escrita, por parte dos povos indígenas do PIX.

- Formação a apoio “político” aos professores e gestores indígenas das escolas. Uma das constatações do trabalho do ISA na área da educação é a necessidade de aproximação da escola em relação à comunidade. Nesse sentido, para estimular esta aproximação, o ISA tem apoiado a construção dos PPPs (Projetos político-pedagógicos) das escolas de cada povo. Além disso, a equipe do ISA tem acompanhado e assessorado os professores e representantes indígenas em todo o processo de oficinas locais e regionais e Conferência Nacional de Educação Indígena.

Essa nova forma de atuação, de especialização por povos e apoio a “iniciativas comunitárias”, permitiu uma maior articulação com outros componentes, como o Manejo Florestal nas oficinas temáticas e as atividades de cultura, cujos projetos são transversais e devem dialogar e contribuir para as atividades escolares. Está prevista a implementação de “Pontos de Cultura” em diversas

aldeias do PIX, com apoio do IPHAN. Também está prevista a realização de um curso de formação em gestão territorial, articulada ao componente de formação da Campanha Y Ikatu Xingu, voltada para os indígenas que ocupam funções estratégicas nas aldeias.

Avaliação

A educação escolar indígena é aspecto de extrema **relevância** no processo de fortalecimento dos povos indígenas. A decisão do ISA em manter um trabalho focado neste tema, portanto, é condizente com esta **relevância**.

A documentação produzida reflete um grande e amplo conhecimento acumulado e domínio sobre o tema “educação indígena”, por parte da equipe do ISA. As informações e discussões apresentadas nesta documentação são de destacada qualidade.

Nestes últimos 15 anos, o trabalho do ISA tem contribuição efetiva para que a “escolarização” se consolidasse no PIX. O desenvolvimento de suas atividades proporcionou elementos concretos para mostrar, ao poder público, alternativas para a construção da educação indígena.

Portanto, a institucionalização das escolas indígenas, realizada pela SEDUC / MT nestes últimos anos, pode ser considerada, ainda que em parte, como um **impacto positivo** do trabalho do ISA sobre o tema.

A institucionalização das escolas, que na verdade nada mais é que o cumprimento das responsabilidades do Estado, garante a **sustentabilidade** da atividade escolar no PIX, através da instalação e manutenção de infra-estrutura, contratação de gestores e funcionários, formação e contratação de professores, aquisição de merenda escolar etc.

O grande desafio identificado pela equipe do ISA, entretanto, é a **sustentabilidade da qualidade** da educação indígena no PIX, que passa necessariamente pela garantia de seu aspecto “diferenciado” para os povos indígenas.

É preciso garantir que o Estado seja capaz de proporcionar uma educação de qualidade, diferenciada e adequada aos contextos

indígenas específicos. Isto é um grande desafio, visto que a lógica burocrática estatal tende sempre à padronização dos processos.

Por um lado, é necessário capacitar e orientar os gestores públicos para trabalhar com o caráter diferenciado da educação indígena. O trabalho do ISA contribuiu para que o Estado assumisse suas responsabilidades. O desafio neste momento é, ao assumir um outro papel no processo, que a equipe do ISA possa também contribuir para esta orientação.

Por outro lado, é também necessário que os próprios representantes indígenas estejam capacitados para cobrar e construir o caráter diferenciado da sua educação escolar. É desta forma que serão capazes de realizar o controle social sobre o Estado e garantir a qualidade do ensino. Nesse sentido, também estão na direção correta, as atividades previstas pela equipe do ISA com foco em “formação política”.

Portanto, neste novo contexto, o ISA demonstrou competência e consistência ao ajustar suas estratégias, atividades e foco de trabalho face às situações colocadas. Estes são indicadores de **eficiência** da equipe. Porém, apesar da direção correta, ainda é preciso mais tempo para que consolide o novo papel do ISA, bem como seu formato de trabalho.

De modo geral, este nos parece ser um momento crítico para a educação indígena no PIX, pois é preciso consolidar todas as conquistas dos últimos anos, bem como fazer frente a novos desafios, como o aumento da presença indígena nas cidades (inclusive estudantes). Diante do acúmulo de experiência com o assunto, acreditamos que o ISA pode continuar cumprindo um importante papel.

Portanto, nos parece preocupante as incertezas quanto à continuidade dos trabalhos devido às indefinições de disponibilidade de recursos. A maior oportunidade é uma proposta encaminhada ao FNDE, mas para a qual ainda não há resposta definitiva.

Recomendações:

Ampliar as possibilidades de financiamento das atividades da equipe de Educação Indígena;

Acompanhar e apoiar a implementação dos PPPs nas escolas nas aldeias, o que pode servir como atividade-eixo para a nova fase de trabalho da equipe;

Apoiar formação / qualificação de gestores governamentais para trabalhar com educação indígena no PIX;

Levantar mais informações e acompanhar mais de perto os estudantes indígenas nas cidades e verificar as possibilidades de articulação dos mesmos com os esforços de formação dentro do PIX.

4.4 Alternativas econômicas

4.4.1 Manejo florestal

O processo de avaliação das atividades do manejo florestal foi realizado com base em reunião com as técnicas do componente (Renata e Kátia) e coordenadores (Paulo e André), visita às aldeias de Capivara e Maraitá. Nas aldeias, foram apresentadas algumas iniciativas relacionadas ao manejo, assim como tivemos contato com diversos representantes indígenas que direta ou indiretamente se beneficiam do trabalho das técnicas do manejo.

Foram analisados diversos relatórios de atividades, enviados preliminarmente aos avaliadores. O documento síntese do tema, entretanto, foi entregue durante a visita de campo. Apesar de não ter sido possível utilizá-lo na preparação da viagem, este documento teve grande contribuição para o processo de análise do tema.

As atividades de manejo florestal são importantes desde o início do trabalho do ISA no PIX, sendo que diversas iniciativas foram herdadas da AVA e FMV. Estas atividades são demandadas por um novo e complexo contexto vivido pelos povos indígenas do PIX, que inclui o “confinamento” em uma área territorial,

degradação ambiental do entorno, tendência à sedentarização em torno das aldeias, escasseamento dos recursos naturais do entorno das aldeias devido à exploração acumulado ao longo dos anos e novas necessidades e desejos de consumo devido à intensificação do contato com a cidade.

Com base neste contexto, foram definidas várias atividades voltadas para a geração de renda e melhoria da qualidade alimentar e ambiental das comunidades. Apesar de algumas tentativas, como frutas secas e artesanato, o produto que teve maior projeção na geração de renda foi o mel, que será abordado no próximo item. A qualidade alimentar e ambiental foi trabalhada através de distintas estratégias, com resultados diversos.

No período abrangido por esta avaliação, mudanças significativas ocorreram nas estratégias de manejo florestal. Neste período, o trabalho do manejo deixou de abranger todo o PIX e passou a se concentrar em algumas aldeias dos 4 povos indígenas focados pelo ISA.

Em 2006, foi suspenso o processo de formação de Agentes de Manejo Florestal. A avaliação feita era que este processo não estava tendo o impacto desejado, pois a formação ficava concentrada em algumas pessoas e não na comunidade como um todo e os jovens formados apresentavam pouca capacidade de transmissão de conhecimento e disseminação de técnicas. Por fim, também passou a haver uma crescente expectativa por remuneração dos Agentes.

Depois disso, seguindo tendência geral da abordagem do ISA, a equipe passou a se especializar em aldeias específicas, apoiando iniciativas das comunidades relacionadas ao manejo. Segundo equipe do ISA, a nova abordagem com o foco nas comunidades, permitiu que os interesses de cada aldeia fossem valorizados e, com isso, houvesse maior engajamento e participação dos indígenas. As atividades da equipe estão muito bem detalhadas nos relatórios de atividades disponibilizados para os consultores.

A metodologia de trabalho inclui uma intensa presença das técnicas nas comunidades, realizando orientações gerais e prestando assistência técnica de acordo com as demandas de cada aldeia.

Nessa nova abordagem, passam a ter que lidar com um amplo conjunto de temas, como avicultura, sistemas agroflorestais e pomares, apicultura, meliponicultura, manejo de pequi, coleta e beneficiamento de sementes florestais, gestão e enriquecimento de recursos estratégicos, agrobiodiversidade, uso do solo, controle de queimadas, alternativas de roça sem queimar etc. A atenção à segurança alimentar passa a ser cada vez mais significativa.

Neste período, a equipe do ISA assessorou a elaboração e execução de diversos projetos que apoiaram a execução destas iniciativas comunitárias, como o trabalho com a diversidade de espécies do amendoim (aldeia Kwarujá), resgate e plantio de arumã, diversidade de espécies de milho e adensamento de capoeira (aldeia Capivara), produção de mel (projeto executado pela ATIX), entre outros.

Além disso, o trabalho de manejo florestal também contribuiu para a inserção de algumas atividades realizadas no PIX e TI Wawi com as iniciativas da Campanha Y Ikatu Xingu, como a participação de coletores de sementes indígenas na Rede de Sementes do Xingu, assim como recuperação da mata ciliar da fazenda Ronkô (TI Wawi dos Kinsedjê).

Segundo a equipe do ISA, o resultado desta nova forma de trabalho tem sido positivo, o que tem gerado demandas por parte de outras aldeias, inclusive do Alto Xingu. Porém, a equipe reduzida e a necessidade de um trabalho intensivo em cada comunidade impedem a ampliação neste momento.

Avaliação

O tema do manejo florestal, assim como a abordagem de assistência técnica especializada realizada pelo ISA são de grande **relevância** para os povos indígenas do PIX, pois estão diretamente relacionados com aspectos da qualidade de vida (alimentar e ambiental) das comunidades indígenas. Este tem sido um problema cada vez mais grave para os povos indígenas brasileiros de forma geral, especialmente a partir da ampliação e intensificação das relações com a sociedade nacional.

Vale destacar ainda que a forma de trabalho implementada também proporcione o importante diálogo entre os conhecimentos indígenas e ocidentais, visando disponibilizar para as comunidades indígenas as ferramentas necessárias para

enfrentar os novos desafios decorrentes da intensificação do contato.

As atividades voltadas para o manejo florestal no PIX, especialmente a partir da nova estratégia de assistência técnica especializada e territorializada, parecem ter maior **efetividade e eficiência** que a formação de agentes de manejo, pois permitem que haja um acompanhamento e orientação mais de perto das atividades e uma maior interlocução com as comunidades;

Outro aspecto positivo deste formato é a valorização da “autoria indígena” das propostas, pois as demandas vêm das comunidades, a partir de seus anseios e prioridades. Com base nestas prioridades é que a equipe do ISA estrutura e implementa suas atividades em cada local. Além disso, o modelo proporciona uma maior integração com outros componentes do Programa Xingu, como a educação (participando das oficinas temáticas), Campanha Y Ikatu Xingu etc.

A análise do documento síntese e dos relatórios disponibilizados demonstram qualidade técnica e o domínio de uma ampla variedade de assuntos, o que valoriza o trabalho da equipe. Também foi evidenciado o intenso ritmo de trabalho da equipe de manejo, que se faz presente em diversas comunidades, dialoga sobre inúmeros temas e acompanha e assessora vários processos.

Durante as visitas de campo à aldeia Capivara e Maraitá, pudemos observar a boa receptividade e entrosamento das comunidades em relação ao trabalho das técnicas. Nas duas aldeias, foi ressaltada por vários representantes indígenas a importância da presença das técnicas nas aldeias e a qualidade de sua orientação e incentivo às atividades.

Podemos concluir, portanto, que esta nova abordagem de trabalho, bem como a sua forma de condução têm tido **impactos** positivos entre as comunidades assistidas. Os materiais de divulgação, principalmente os vídeos, são importantes fontes de informação.

As visitas realizadas, entretanto, não permitem uma avaliação mais precisa da extensão dos resultados e do impacto concreto destas atividades na qualidade alimentar e ambiental das comunidades. Seria necessário visitar mais comunidades e ter um tempo maior para conhecer e analisar as experiências. Além disso, embora as

análises qualitativas sejam muito ricas, faltam informações quantitativas das atividades e seus impactos.

De qualquer forma, é possível vislumbrar a **sustentabilidade** da estratégia utilizada, ao investir na incorporação das técnicas e atividades agroflorestais pelas comunidades como um todo e não mais focadas apenas por alguns indivíduos (os agentes de manejo).

Considerando também a maior a dedicação em cada processo agroflorestal acompanhado pela equipe do ISA, é maior a possibilidade de que a comunidade como um todo assimile as novas técnicas e atividades. Desta forma, mesmo com uma eventual saída de uma equipe de assistência técnica, as atividades se mantêm. Os especialistas indígenas, a partir de sua prática cotidiana, podem se responsabilizar pela disseminação das atividades e conhecimentos. A **sustentabilidade** desta atividade, portanto, não é necessariamente financeira, mas sim do processo.

Um aspecto a se destacar, especialmente face às demandas de aldeias do Alto Xingu pela assistência técnica do ISA, é este modelo só pode ser replicado para todo o PIX com um aumento considerável da equipe. Apesar dos impactos serem maiores e mais significativos em cada comunidade, é reduzida sua amplitude territorial.

A equipe é altamente qualificada e capacitada, o que acarreta em remuneração equivalente. Desta forma, a ampliação da área de atuação certamente elevaria de forma proporcional o orçamento. Uma alternativa, que poderia ser pensada no processo de consolidação deste novo modelo, seria a contratação de profissionais de nível técnico, que trabalhassem como auxiliares das técnicas “sênior”.

Recomendações

Analisar a possibilidade de ampliar a presença em campo, talvez com a incorporação de profissionais de nível técnico, que seriam orientados pelas técnicas sênior, mas que tivessem maior disponibilidade de permanência em campo e mantivessem a “animação” das atividades.

Encontrar formas de identificar melhor e quantificar os impactos do trabalho de manejo agroflorestal. Nossa sugestão é a definição de indicadores mensuráveis para acompanhamento e avaliação, como por exemplo: área plantada, famílias envolvidas, espécies trabalhadas etc.

4.4.2 Produção de mel

A produção e comercialização de mel foram avaliadas com base em reunião com diretoria da ATIX e coordenação do ISA (André e Paulo), conversa com responsáveis pelo fortalecimento das organizações indígenas (Francisco e Letícia) e visitas às aldeias Capivara e Ngohjwere. Não houve um documento síntese sobre o assunto, embora o tema tenha sido abordado brevemente nos documentos do manejo florestal e fortalecimento das organizações indígenas.

Ficou pendente um contato mais detalhado com apicultores indígenas e responsáveis pelas Casas do Mel das aldeias, pois tanto na aldeia Capivara como em Ngohjwere, os responsáveis estavam ausentes durante nossa visita. Numa continuidade ou ampliação dos trabalhos, também seria interessante conhecer a produção de mel dos Mehinako.

Em termos gerais, a produção e comercialização de mel viveram um período de relativa estabilidade nos últimos cinco anos, embora atualmente apresente alguns indícios de problemas que podem vir a prejudicar a atividade, caso não sejam devidamente enfrentados.

A quantidade de mel produzida tem sido mantida nos últimos anos, com eventuais flutuações devido a fatores de sazonalidade. Em 2009, por exemplo, foi mencionada uma sensível queda na produção, atribuída pelos indígenas a fatores climáticos. Segundo a

equipe da ATIX e ISA, são cerca de cem caixas de abelhas, espalhadas entre 32 aldeias, que produzem entre 1.000 e 1.500 kg de mel por ano, processadas entre as oito Casas do Mel construídas no PIX e TI Wawi.

Nos últimos três anos, os Mehinako do Alto Xingu tem iniciado a produção de mel com apoio da Prefeitura de Gaúcha do Norte. Neste curto período, já manejam cerca de 40 caixas de abelhas.

Foi destacado, entretanto, que alguns dos apicultores formados há mais tempo e mais experientes, têm abandonado a atividade e repassado o serviço para gerações mais novas. Além de desestímulo em relação à atividade, esta situação também representa riscos para o desempenho dos novos apicultores, que não tem tanta experiência acumulada. A solução encontrada é a contratação de especialista em apicultura (que comporia a equipe de manejo do ISA), com dedicação exclusiva para reforçar a assistência técnica, orientação e “animação” da produção das aldeias. Os recursos para esta contratação estão contemplados em proposta ainda em análise pelos possíveis financiadores.

A comercialização do mel é voltada tanto para consumo interno como para o mercado externo. A monetarização das aldeias do PIX, garantida pelo processo de assalariamento indígena (professores, agentes de saúde, agentes de saneamento etc.), tem estimulado um dinâmico consumo interno de mel. Além do benefício financeiro, a atividade contribui de forma significativa para a segurança e qualidade alimentar das comunidades.

O mercado externo para o mel do Xingu está concentrado no contrato com o Programa “Caras do Brasil”, da rede de Supermercados Pão de Açúcar. Iniciada em 2001, esta parceria é considerada extremamente vantajosa pelas equipes do ISA e ATIX, pois é baseada em relação de confiança e compreensão, não requer exclusividade, paga um preço muito acima que o mercado comum de mel e compra toda a produção disponibilizada. Em 2009, foi preciso agregar a produção de mel dos Mehinako para poder suprir os pedidos de compra do Pão de Açúcar.

A marca “Mel dos Índios do Xingu” já está bem posicionada no mercado e tem consumidores cativos. Segundo as equipes do ISA e ATIX, nunca houve reclamação quanto à qualidade e a demanda pelo produto é maior que a oferta disponível.

A ATIX tem assumido o lugar do ISA no protagonismo em relação à gestão do processo de produção e comercialização do mel. Foi o executor de projeto apoiado pelo PDPI / MMA para valorizar a atividade e executa com independência as tarefas relacionadas ao processo: comunicação com produtores e compradores, logística de transporte de materiais e produtos, gestão financeira etc.

Há uma discussão sendo iniciada, entretanto, que procura analisar a adequação ou não da ATIX (uma organização de representação política) manter a gestão da comercialização do mel. Uma alternativa seria a formalização da Casa do Mel como instituição responsável por todo o processo.

Porém, alguns problemas têm sido observados nos procedimentos e na gestão da remuneração dos apicultores e das Casas de Mel das aldeias. Os técnicos do componente fortalecimento institucional do ISA têm apoiado a ATIX para encontrar soluções para o problema. Além disso, também foi feito levantamento de custos da produção, levando à conclusão da defasagem dos preços finais do produto.

Por fim, um grande desafio que se apresenta é a regularização sanitária do mel, que atualmente recebe o selo do Serviço de Inspeção Federal - SIF, do Ministério da Agricultura, permitindo a comercialização do mel em grandes centros. As regras do SIF têm se endurecido nos últimos anos e as instalações da Casa do Mel do Ngohjwere passam a não mais ser suficientes. A construção de instalações adequadas custa em torno de R\$ 80 mil.

Avaliação

A produção e comercialização de mel é uma atividade de grande **relevância**, pois representa uma possibilidade concreta de geração de renda e segurança alimentar para famílias indígenas. Esta é uma demanda efetiva dos povos indígenas e, no caso do mel, representa atividade que requer relativamente pouca dedicação, focada em temática agroflorestal de afinidade indígena e que valoriza o meio ambiente. Também vale destacar sua **relevância** para a segurança e qualidade alimentar das comunidades.

A atividade envolve diversos indígenas como apicultores e gestores do processo, valoriza a imagem dos povos indígenas do Xingu fora

da Terra Indígena e permite a circulação de pelo menos R\$ 20 a 30 mil anuais dentro do PIX.

Em termos de fortalecimento dos povos indígenas, ainda que haja muito a ser aprimorado, cabe destacar o protagonismo da ATIX em relação à gestão da atividade. Os **impactos** desta atividade, portanto, nos parecem extremamente significativos. A escala de produção e comercialização, entretanto, poderiam ser elevadas, mudando o patamar do projeto, bem como seu retorno financeiro.

É notável a **alta eficiência comercial** da atividade, através do posicionamento da marca “Mel dos Índios do Xingu” e da parceria com Pão de Açúcar. Vários outros povos indígenas desenvolvem produção de mel, mas não há referências a um processo com tamanha vantagem comercial e visibilidade. É uma conquista ímpar, mesmo se comparada a produtores profissionais não indígenas.

Pudemos observar em pelo menos três locais a infra-estrutura instalada para a atividade (Casa do Mel e seus equipamentos). A coordenação da ATIX demonstrou um amplo domínio da sistemática de trabalho. Além disso, o fato de nunca haver tido qualquer reclamação em relação à qualidade do mel do Xingu são evidências da **eficiência** em termos de condições de trabalho e da qualidade da produção e beneficiamento.

Observamos, no entanto, alguns problemas relacionados à “gestão” geral do negócio, que podem colocar em risco a atividade como um todo. A visita ao apiário da aldeia Capivara, por exemplo, foi muito decepcionante. No total, observamos cerca de 10 caixas de abelhas, num estado que evidencia pouco cuidado de manutenção e dedicação dos apicultores. Pareceu-nos muito pouco para o investimento realizado, inclusive com a construção de uma Casa do Mel na aldeia.

Vale destacar, no entanto, que na comunidade do cacique Maraitá, tivemos uma visão radicalmente distinta. O meliponário da comunidade possui cem caixas, que demandam o envolvimento de diversas pessoas, que demonstraram muito empenho e dedicação à atividade.

Os problemas na gestão das Casas do Mel das aldeias e de remuneração dos produtores, identificados e trabalhados pela

equipe de fortalecimento das organizações indígenas do ISA, podem ser uma das possíveis causas da desmobilização dos produtores. Caso não sejam devidamente equacionados, também podem colocar em risco a atividade.

Acreditamos que a produção e comercialização de mel certamente apresentam um enorme potencial de **sustentabilidade**. Por um lado, efetivamente já garantem um retorno financeiro para famílias indígenas. Por outro lado, tanto a parceria já consolidada com o Pão de Açúcar, como o mercado interno, como outras possibilidades de ampliação das vendas, podem alavancar ainda mais a geração de renda interna ao PIX, seja das famílias de apicultores ou mesmo dos gestores e outros profissionais relacionados à atividade.

Porém, nos parece importante que a política de custos e remuneração dos “intermediários” (Casa do Mel, lideranças, ATIX), onera demasiadamente o pagamento dos produtores, podendo ser um fator de desestímulo geral. Acreditamos que esta política deva ser discutida e reavaliada, visando resgatar o dinamismo da atividade.

Por fim, também acreditamos que a atividade tem potencial para uma grande expansão. Nesse sentido, a entrada da produção de mel dos Mehinako no circuito é provocativa e muito estimulante. Com todo o cuidado necessário em não forçar demasiadamente uma lógica “empreendedorista” entre os índios, acreditamos que seja possível elevar o patamar da comercialização de mel, aproveitando assim todo o investimento já feito e as oportunidades concretas disponíveis.

Recomendação:

Olhar “empreendedorista” um pouco mais arrojado sobre o “negócio mel”, analisando uma possível mudança de patamar, verificando qual o salto de produção e rentabilidade, passando dos 1.000 a 1.500 kg atuais para volumes mais altos.

Avaliação mais detalhada da composição de custos da produção de mel, verificando onde estão os “gargalos” e o que pode ser reduzido / otimizado.

Definir mais claramente o papel da produção de mel na estratégia para incrementar a segurança alimentar das comunidades do PIX, vislumbrando medidas para articulá-la aos propósitos comerciais.

Estudar e definir as melhores alternativas de gestão para as “Casas do Mel” e desonerar a remuneração dos apicultores de “custos comunitários e institucionais”.

4.5 Proteção territorial

A avaliação das atividades de proteção territorial foi realizada com base na leitura do documento síntese e outros documentos relevantes, enviados pela equipe do ISA e em reuniões com coordenação do ISA (Paulo e André) e coordenação da ATIX. O tema também foi abordado durante as visitas às aldeias de capivara e Ngohjwere. Faltou um contato com a FUNAI, para discutir a situação, o que poderia ter enriquecido as análises desta atividade.

Foi apresentada uma leitura em relação às transformações do contexto de pressão territorial sobre o PIX nos últimos anos. Segundo as lideranças da ATIX, nos anos 80 e 90 as fronteiras do PIX ainda eram principalmente “mato com mato”. Depois disso, houve um intenso processo de ocupação do entorno e desmatamento para venda de madeira e instalação de fazendas. Nesse período, segundo eles, eram muito frequentes as invasões e os conflitos, principalmente com madeireiros.

Nos anos recentes, entretanto, existe uma relativa “acomodação” da pressão sobre as fronteiras do PIX, principalmente com a redução de atividade madeireira e consolidação das fazendas. Os

limites da atualidade são “mato com pasto” e, segundo as lideranças indígenas, os fazendeiros são um pouco mais cuidadosos com os mesmos. Foi salientado, entretanto, que ao sul do PIX as tensões são maiores do que no norte da área.

Os problemas atuais, no entanto, são mais relacionados a questões ambientais e assédio de lideranças indígenas para engajamento em atividades ambientalmente predatórias. As grandes ameaças ao PIX são a poluição dos rios com agrotóxicos, mudança de seus cursos devido à construção de barragens e desmatamento das matas ciliares, construção de usinas hidrelétricas (principalmente PCHs) nas cabeceiras do Xingu e queimadas florestais.

Foram destacados os problemas e ameaças “que vem de dentro” do próprio PIX. Segundo análise da coordenação da ATIX, antes o “inimigo” era evidente e estava fora do PIX. Agora, muitas ameaças acabam partindo de dentro da própria área indígena, com participação de lideranças. Foram citadas duas situações emblemáticas. A primeira foi a prisão de uma liderança Trumai, após um período em que mantinha contrato com madeireiros para ilegalmente extraírem madeira de dentro do PIX.

Tínhamos mecanismos para lidar com as ameaças externas, mas não para os problemas que vinham de dentro do PIX. O problema da venda de madeira pelos Trumai foi como um despertador para a gente, abriu nossos olhos para o problema. (Coordenação da ATIX, Canarana).

Outra situação destacada foi a discordância, entre lideranças indígenas do PIX, em relação à instalação da PCH Paranatinga no rio Kuluene. Enquanto algumas comunidades se colocaram firmemente contrárias à obra, outras apoiaram a construção. Na avaliação das equipes do ISA e coordenação da ATIX, os maiores “impactos” desta obra foram os conflitos internos entre as comunidades indígenas. Estes problemas fizeram com que ficasse evidente a necessidade de articulação entre os povos e lideranças indígenas do PIX.

Toda esta conjuntura, que foi destacada com muita força pelas lideranças indígenas, faz com que sejam necessárias novas estratégias de proteção e fiscalização territorial, que têm sido coordenadas pela ATIX em conjunto com as comunidades

indígenas do PIX e apoio estratégico do ISA. As atividades realizadas são:

- Expedições de vigilância em alguns limites;
- Limpeza das “linhas secas” dos limites do PIX;
- Conversas e articulação com moradores do entorno e com instituições (qualificação técnica diferenciada), visando gerar acordos e respeito aos limites do PIX;
- Acompanhamento através de imagens de satélite fornecidas pelo ISA.

As atividades são coordenadas pela ATIX, que mantém permanente comunicação com as comunidades e equipes responsáveis pelas expedições. Acompanhamos no Nghojwere a descrição de uma destas expedições, realizadas por um grupo de Kinsedjê, que subiu o rio Suiá para verificar a presença de pescadores em uma pousada que fica às margens do rio. O coordenador do grupo demonstrou amplo domínio da situação e clareza em relação aos procedimentos e encaminhamentos a serem dados.

É importante destacar que esta atividade de proteção territorial envolve todas as comunidades do PIX, inclusive do Alto Xingu. A ATIX e as comunidades locais têm um preciso diagnóstico e conhecimento dos pontos críticos de pressão territorial ao longo do perímetro do PIX.

Está em vigor um convênio entre a FUNAI e a ATIX que remunera uma equipe de indígenas para coordenar as atividades de fiscalização e fornece recursos para compra de combustíveis. Ainda que o ISA esteja se envolvendo cada vez menos com as atividades de campo, sua participação é considerada importante e estratégica: obtenção de recursos e financiamentos, apoio com equipamentos e recursos, fornecimento de imagens e mapas e a capacitação dos indígenas.

Outro fator de destaque são as novas demandas territoriais dos povos indígenas do PIX, com destaque para a terra dos Naruvuto, Ikpeng, ampliação da TI Wawi dos Kinsedjê e a Terra Indígena Batelão dos Kaiabi.

Avaliação

O tema da garantia e proteção territorial tem sido colocado como uma das maiores prioridades dos povos indígenas brasileiros, representando, portanto, atividade de extrema **relevância**, seja no PIX ou em qualquer outra área indígena.

Nos últimos anos, o contexto regional de pressão territorial sobre o PIX sofreu sensível alteração. Pareceu-nos que o componente de Proteção Territorial do Programa Xingu soube diagnosticar a situação e ajustar sua forma de atuação, o que é um indicador de **eficiência** desta atividade. Outros elementos que reforçam a **eficiência** do componente são:

- Engajamento das comunidades na atividade, demonstrado durante visitas às aldeias Capivara e Ngohjwere;
- Agilidade e intensidade de comunicação entre comunidades locais e ATIX em relação às atividades de proteção territorial;
- Amplo conhecimento e domínio sobre os pontos críticos de pressão territorial sobre o PIX, por parte da coordenação da ATIX;
- Convênio firmado entre ATIX e FUNAI, que garante pessoal com dedicação para o tema e recursos para realizar atividades;
- Qualidade do material cartográfico produzido;
- Estrutura material razoável para realizar as atividades: barcos, motores, rádio-comunicação etc.

É um pouco mais difícil, entretanto, a avaliação dos **impactos** do componente, pois faltam mais dados concretos das atividades realizadas a partir de 2005. O documento síntese está mais concentrado no período de 1994 a 2004. Faltaram informações mais precisas sobre a execução das atividades neste período. Desta forma, a sistematização de informações relativas à proteção territorial nos parece algo a ser melhorado.

A divulgação dos resultados concretos da proteção territorial, que depende da sistematização de informações, é importante para garantir o suporte financeiro à atividade. Por definição, a proteção territorial é uma atividade que não gera recursos e precisa ser sustentada. Estas são atividades geralmente caras, que demandam

um investimento significativo de recursos financeiros, o que deveria ser proporcionado pelo Estado brasileiro, haja vista que é o responsável constitucional pela proteção das Terras Indígenas.

A **sustentabilidade** da proteção territorial, portanto, passa pelo cumprimento dos deveres constitucionais do Estado brasileiro de apoiar a atividade. Desta forma, nos parecem estratégicas, na busca por esta sustentabilidade, as iniciativas de articulação com instituições governamentais, realizadas pela ATIX.

Por outro lado, algumas iniciativas podem ser realizadas para diminuir os custos da atividade e contribuir para a **sustentabilidade** da proteção territorial. Uma delas, já em curso, é o forte engajamento das comunidades indígenas, bem como a efetiva participação da ATIX na coordenação das atividades.

Além disso, uma Terra Indígena menos ameaçada tem custos de proteção reduzidos. Por isso também está correta, e deveria inclusive ser mais incentivada, a atitude de articulação das comunidades indígenas com ocupantes do entorno. Vizinhos sensibilizados para respeitar os direitos e Terras Indígenas representam menos ameaças territoriais e, conseqüentemente, menos custos para a proteção.

Nesse sentido, há uma clara conexão entre as atividades de proteção territorial e as possibilidades de ação da Campanha Y Ikatu Xingu. O ISA tem deixado o protagonismo das atividades de proteção territorial para a ATIX. Porém, no processo de interlocução com o entorno, cumpre papel estratégico.

Por fim, também é de grande importância o processo de discussão e articulação política interna ao PIX, entre seus povos indígenas, visando uma abordagem conjunta e pactuada sobre um plano de gestão territorial do PIX e das outras Terras Indígenas coligadas. Nesse sentido, o processo de reestruturação da ATIX, bem como sua conseqüente “engenharia sócio-política indígena” são processos de extrema importância.

Recomendações:

Reforçar o registro e sistematização das informações referentes à proteção territorial do PIX;

Definir alguns indicadores quantitativos para mensurar a evolução do impacto das atividades do componente;

Incluir discussões sobre um Plano de Gestão Territorial do PIX no processo de reestruturação da ATIX;

Incorporar temática da proteção territorial, numa abordagem estratégica, no Curso de Formação em Gestão Territorial, previsto pelo ISA;

Verificar a possibilidade de gestão da Campanha Y Ikatu Xingu sobre produtores rurais em áreas críticas dos limites do PIX e TIs coligadas.

4.6 Fortalecimento das organizações indígenas

A avaliação deste componente se baseou na análise de documentação disponibilizada pela equipe do ISA (documento síntese e vários relatórios de atividades) e em diversas conversas realizadas durante a visita de campo. Foi feita reunião com técnicos do componente (Francisco e Letícia) e coordenação do Programa (Paulo e André) para discutir especificamente o fortalecimento das organizações indígenas. O tema também foi abordado durante reunião com coordenação da ATIX (no Diauarum e em Canarana).

Porém, não tivemos contato com gestores das associações étnicas. Havia previsão de entrevistas com os Kinsedjê e Yudjá (na aldeia Tuba-tuba), mas os mesmos se deslocaram para o Piaraçu, atendendo à agenda “Belo Monte”. Também teria sido interessante contato com lideranças e organizações do Alto Xingu, além da FUNAI e outras instituições diretamente relacionadas à gestão no PIX.

Esta ampliação de contatos, que entendemos não ter sido realizada por falta de tempo e por agendas indígenas imprevistas, pode

complementar e detalhar as análises feitas neste relatório, caso haja continuidade ao processo de avaliação.

No período abrangido por esta avaliação, observou-se a emergência de “associações étnicas”, representativas dos vários povos indígenas do PIX. Segundo equipe do ISA, pelo menos 12 dos 14 povos que vivem no PIX já tem suas associações registradas. Esta é uma tendência geral dos povos indígenas brasileiros que passaram a se organizar em torno de associações representativas a partir dos direitos adquiridos com a Constituição de 1988 e da consolidação das linhas de apoio a projetos indígenas, o chamado “mercado de projetos”.

Neste processo, também é observada uma tendência mais “executiva” das associações locais, em contraposição a um papel “político” de organizações mais gerais. Este parece ser exatamente o caso do Xingu, onde as associações étnicas passam a executar projetos e realizar ações concretas em suas comunidades e a ATIX fica com um papel mais representativo e de articulação externa. O caso da ATIX, entretanto, guarda mais complexidades, que serão abordadas em item específico deste relatório.

O foco em gestão de projetos e execução de políticas públicas (como os Convênios de atendimento à saúde indígena) gerou um processo de “burocratização” dos povos e organizações indígenas, que precisam passar a lidar com diversos tipos de regras, manuais, formulários, modelos de prestação de contas e relatórios, documentação da organização, registro de Atas e estatutos, gestão financeira e vários outros assuntos. A gestão organizacional e de projetos tem sido identificada como uma das principais dificuldades das organizações indígenas.

Neste período, o componente de fortalecimento das organizações indígenas do ISA também precisou se ajustar às transformações do contexto mais geral. Por um lado, a emergência das associações étnicas no PIX fez com que o componente, que até então estava muito focado na ATIX, passasse a dividir seus esforços com as novas associações, que são as seguintes:

AIK: Associação Indígena Kinsedjê (povo Kinsedjê);

AIMCI: Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (povo Ikpeng);

Associação Yarikayu Yudjá

Associação Tapawia Kaiabi (povo Kaiabi);

Associação Indígena Tuluikai

O apoio também inclui a Associação Yakiô (povo Panará)

Segundo tendência mais geral do Programa Xingu, o componente também se estruturou de forma que cada um de seus técnicos ficasse focado e especializado em associações e comunidades específicas.

Aproveitando as alternativas do “mercado de projetos”, quase todas as associações locais assessoradas pelo ISA já passaram por experiência de gerenciar um projeto. Segundo documento síntese, em 2006 estavam sendo gerenciados 11 projetos a nível local e o ISA manteve acompanhamento e assessoria a todas estas iniciativas.

Esta nova conjuntura determinou o tipo de ação do componente, que tem mantido um forte foco no apoio à gestão administrativa e financeira das associações, através de uma presença constante junta às suas coordenações, numa abordagem de “aprender – fazendo”. São realizadas diversas atividades:

- Regularização documental das associações, através da adequação de Estatutos, registro de atas junto aos Cartórios, organização de papelada etc.
- Apoio na elaboração, execução, monitoramento e gestão de projetos;
- Oficinas de capacitação em gestão;
- Apoio na regularização e gestão contábil;

A capacitação em informática, que foi um dos focos de ação do componente, tem perdido o sentido na medida em que os gestores indígenas já são praticamente autônomos na atividade.

O componente também assessorou a realização do Encontro de Associações do PIX e apóia a interlocução entre associação e comunidade, para discutir o papel das associações indígenas. Além disso, foram realizadas oficinas específicas, como sobre direito a imagens, um problema sério e que afeta de forma recorrente os povos indígenas do Xingu.

É também importante ressaltar que, apesar de toda a dedicação às associações étnicas, o componente manteve o apoio e assessoria à ATIX, fato reconhecido e valorizado pela coordenação da organização durante reunião realizada com os avaliadores. Além de um apoio mais geral, prestado por parte da coordenação do Programa Xingu, a equipe do componente também tem realizado trabalhos específicos junto à ATIX, em relação ao processo de reestruturação da entidade e na avaliação da gestão do “negócio mel”.

Segundo a equipe do ISA, têm surgido algumas demandas de assessoria por parte de organizações do Alto Xingu. Porém, no formato atual de trabalho e dimensão da equipe, a extensão do trabalho para outras áreas torna-se inviável.

Avaliação

O apoio ao fortalecimento das organizações indígenas é atividade de enorme **relevância** no contexto indígena não só do PIX, mas da Amazônia e de todo o Brasil. Este tema tem sido pauta de reivindicações do movimento indígena, foco de atenção de agências de fomento e apoio a projetos e incorporado como linha de ação de diversas iniciativas de ONGs, organizações indígenas e processos de formação e capacitação.

A abordagem adotada se mostrou alinhada a esta tendência mais ampla, demonstrando habilidade em se ajustar às transformações do quadro institucional indígena do PIX, com a emergência das associações étnicas.

É muito difícil, entretanto, avaliar o **impacto** do trabalho da equipe do ISA em relação ao fortalecimento das associações indígenas, até porque uma série de outros fatores tem influência sobre esta realidade. O contato com gestores das associações indígenas locais, que não foi possível durante nossa visita de campo, poderia trazer elementos para verificar qual sua percepção sobre o resultado do trabalho do ISA neste aspecto específico.

Pudemos verificar, entretanto, algumas evidências da qualidade e **eficiência** do trabalho da equipe do ISA no apoio às associações indígenas, como por exemplo:

- A quantidade e qualidade dos projetos elaborados, aprovados e executados pelas organizações indígenas;

- Regularização documental e burocrática das associações étnicas apoiadas pelo ISA;
- Qualidade e consistência das atividades realizadas junto às associações, conforme demonstrado nos relatórios disponibilizados pela equipe;
- Profundo e detalhado conhecimento da realidade de cada uma das associações étnicas, por parte da equipe do ISA, verificado nos documentos e durante reunião sobre o tema;
- Reconhecimento, por parte da coordenação da ATIX, da importância da parceria do ISA para a gestão da organização.

A equipe incorporou discussões políticas sobre o papel das associações junto a suas comunidades e está apoiando o processo de reestruturação da ATIX, o que indica também uma preocupação com a dimensão política das associações. Porém, nos pareceu um desafio ainda a ser encarado pelo componente o apoio ao processo de articulação política dos povos do PIX com o movimento indígena mais amplo do Mato Grosso, Amazônia e Brasil.

Em geral, a maior parte das organizações indígenas brasileiras enfrenta o dilema entre seu papel técnico e político. Esta tem sido uma discussão muito presente entre o movimento indígena no Brasil. De qualquer forma, há um consenso geral sobre a importância das organizações para a garantia dos direitos e gestão territorial das Terras Indígenas. Investir no fortalecimento destas organizações, portanto, é investir na **sustentabilidade** dos povos indígenas como um todo.

A autonomia gerencial das organizações indígenas, entretanto, não deve ser vista numa perspectiva de curto prazo. Há uma enorme distância entre as lógicas indígenas de organização social e de trabalho e a lógica burocrática e instrumental do Estado brasileiro, que acaba determinando o funcionamento das associações.

É preciso investir na formação de gestores indígenas, que sejam quadros capazes de realizar a gestão burocrática requerida pelas associações, mas sempre vinculando às expectativas e demandas indígenas. Este é um longo processo, lento e gradual e que depende de uma ampla gama de fatores.

O curso de formação em gestão territorial, idealizado pela equipe do ISA, pode ser uma alternativa muito interessante nessa direção.

Além da formação política interna, este curso também possibilita uma abertura da formação para fora dos limites do PIX, devido à articulação entre os componentes do PIX e da Campanha Y Ikatu Xingu.

Por outro lado, também constitui um enorme desafio a **sustentabilidade** institucional das associações indígenas, que tem sido garantida de forma muito precária através da execução de projetos. É preciso, portanto, encontrar formas e mecanismos para que estas organizações possam realizar a gestão dos vários assuntos relativos às suas Terras. Esta é uma discussão mais ampla e que carece de articulação de idéias e esforços políticos do movimento indígena como um todo.

Recomendações:

- Incorporar mais efetivamente discussões de cunho político ao processo de assessoria às associações étnicas;
- Apoiar discussões sobre o papel das associações étnicas na reestruturação da ATIX;
- Engajar na construção do Curso de Gestão Territorial, pensando numa eventual inclusão de alunos do Alto Xingu;
- Apoiar a articulação dos povos e associações indígenas do PIX e Panará ao movimento indígena mais amplo do Mato Grosso, Amazônia e Brasil;

4.7 A ATIX e o protagonismo indígena

As análises gerais e a avaliação sobre a ATIX foram baseadas em reunião coordenação da ATIX no Diauarum e Canarana, visitas às aldeias da Capivara, Ngohjwere e Maraitá e conversas com coordenação do Programa Xingu e equipe de fortalecimento das organizações indígenas (diversos momentos). Faltaram, entretanto, realizar alguns tais como com lideranças do Alto Xingu, coordenadores associações étnicas, FUNAI, entre outros. Isso poderia ter enriquecido e aprofundado as análises.

A análise da ATIX está diretamente relacionada com o complexo arranjo interétnico do PIX. No processo de formação do PIX, que

estava inserido na lógica tutelar do governo brasileiro de “proteger” os povos indígenas, a demarcação de uma grande extensão de terra foi justificada pelo conjunto de povos indígenas que habitavam a região.

Na prática, entretanto, vários povos indígenas que mantinham relação de inimizade e guerra num passado recente, bem como povos indígenas “forasteiros”, trazidos de outras regiões, passaram a ter que compartilhar o mesmo “espaço”. Todo esse processo foi permeado por “tensões interétnicas”, sobre a qual o SPI (posteriormente a FUNAI), teve que realizar uma verdadeira “engenharia sócio-política” de pacificação indígena interna.

Além da mediação interna de conflitos, entretanto, a FUNAI tinha no PIX uma espécie de “vitrine” indigenista. Era considerado um exemplo e modelo da atuação tutelar governamental. Desta forma, a atenção e a quantidade de recursos destinados ao PIX sempre foi privilegiada, especialmente para o Alto Xingu, se comparado a outras áreas indígenas do Brasil.

Com a fragmentação do indigenismo nacional e a conquista de direitos indígenas a partir da Constituição de 1988, entretanto, observa-se o declínio da tutela da FUNAI e a emergência de organizações indígenas, como a ATIX.

A ATIX foi fundada em 1994 e, apesar de ter sido constituída como entidade de “representação” geral do PIX, o foco inicial de atuação da organização foi voltado para questões internas ao PIX, principalmente relacionadas à proteção territorial. A identificação de um “inimigo” comum (os brancos invasores de terra indígena) favorecia a articulação entre os diferentes povos indígenas do PIX e acabou contribuindo para a diminuição das tensões históricas:

“Na época que a gente fundou a ATIX nossa demanda era diferente. Quando começamos a trabalhar os problemas de invasão do PIX, a ATIX tinha ‘pulso firme’. Então, atacamos a fiscalização territorial com força!” (Liderança da ATIX, Diauarum).

Durante quase uma década, a ATIX foi a única organização representativa dos povos indígenas do PIX. A organização assumiu um “duplo” papel, por um lado de luta política e por outro de execução de projetos e atividades. Nesse período, a organização

realizou uma série de atividades, tais como a fiscalização do território, coordenação do transporte e comunicação interno do PIX, coordenação da comercialização de mel etc. Desde o princípio, contou com o apoio e assessoria permanente do ISA.

A ATIX passou a elaborar e executar projetos que atendessem comunidades específicas ou mesmo que beneficiassem o PIX como um todo. Em 2004, com a aprovação de projeto pelo PDPI / MMA, a ATIX passou a assumir de forma mais efetiva as atividades relacionadas à produção e comercialização de mel.

Atualmente, as atividades realizadas pela ATIX são: coordenação das atividades de fiscalização territorial do PIX, apoio no transporte interno e para as cidades, comunicação interna e gestão das atividades relacionadas à comercialização do mel. Além disso, também se responsabilizam pela execução institucional de alguns projetos de base comunitária.

Com o passar do tempo, no entanto, o modelo de funcionamento da ATIX passou a enfrentar problemas, principalmente devido à concentração de protagonismo da instituição por representantes indígenas do Baixo Xingu. Até pela localização da sede da instituição no Diauarum, a maior parte dos coordenadores sempre foi do Baixo Xingu. Aos poucos foi observado o afastamento das lideranças do Alto Xingu da gestão da ATIX.

Ao mesmo tempo, em decorrência do processo de afirmação étnica dos diversos povos do PIX, que passaram a fortalecer sua identidade cultural e realizar investidas de retomada territorial, começaram a surgir as chamadas associações étnicas, que representavam apenas um povo ou mesmo um conjunto de comunidades. Todo este novo contexto se consolidou nos últimos cinco anos, exatamente o período abrangido por esta avaliação.

Neste contexto, a ATIX, que sempre foi a referência de representação política e de execução de projetos no PIX, “perde a centralidade” e passa por um processo de “crise de identidade”. Várias das associações étnicas passam a executar projetos e atividades junto a seus povos e comunidades, o que antes era realizado exclusivamente pela ATIX:

“A gente percebeu que, de cinco anos para cá, as coisas mudaram muito rápido. (...), como o

nascimento de associações e demandas do movimento indígena. As associações passaram a assumir os trabalhos locais, de cada povo e comunidade. Foi bom para a ATIX dividir o trabalho, mas seu papel ficou um pouco confuso.” (Liderança da ATIX, Canarana).

Ao mesmo tempo em que se consolida o gradual afastamento dos representantes do Alto Xingu em relação à coordenação dos trabalhos da ATIX, também surgem novas tensões e conflitos internos, principalmente relativos às distintas formas de pensar e realizar a gestão do PIX como um todo. Nesse processo, conforme já mencionado anteriormente, tiveram destaque os problemas com a extração de madeira entre os Trumai e a discordância, entre lideranças indígenas do PIX, em relação à instalação da PCH Paranatinga no rio Kuluene.

Outro problema enfrentado pelos povos indígenas do PIX neste período, conforme reflexão feita pelas lideranças da ATIX, é o conflito entre a abordagem técnica e a política, entre lideranças e “profissionais” indígenas. Muitas vezes, os indígenas formados no processo de “especialização” em curso no PIX (professores, agentes de saúde, gestores etc.), devido a um acúmulo de conhecimento em uma área específica, passam a rivalizar com lideranças tradicionais. Isso, na reflexão da coordenação de ATIX, tem prejudicado seu desempenho institucional.

Apesar de todos estes problemas e dificuldades enfrentados pela ATIX nos últimos anos, ainda há um forte reconhecimento de sua legitimidade política, por parte dos povos indígenas de todo o PIX. As lideranças da ATIX afirmaram que, no processo de reflexão e discussão sobre os rumos da instituição, chegaram a propor, durante Assembléia Geral, que a ATIX reduzisse seu foco territorial e passasse a representar apenas os povos do Baixo Xingu. Desta forma, seria formalizada uma situação que, de certa forma, já vinha ocorrendo na prática.

A proposta foi recusada por todos, inclusive pelas lideranças do Alto Xingu. Segundo estas lideranças, se houvesse mudança na ATIX, que fosse melhorar e aumentar e não para “diminuir” o papel da instituição. Esta legitimação do trabalho da ATIX, como a instância representativa geral do PIX, deu uma “injeção de ânimo” para a instituição. Na avaliação de suas lideranças, esta situação assegurou o capital político da ATIX como um

patrimônio a ser aproveitado, o que estimulou o processo de reestruturação da organização, atualmente em curso.

A qualidade e legitimidade do trabalho da ATIX também foram reconhecidas e destacadas pelas comunidades visitadas durante o processo de avaliação. Na aldeia Capivara, por exemplo, as lideranças afirmaram que todos os projetos e atividades realizados pela ATIX, têm total participação e conhecimento das comunidades:

“Todos os projetos que a ATIX e o ISA fazem e enviam para a RFN e outros financiadores foram pedidos nossos, foram discutidos com a gente. Eles sempre explicam e orientam a gente.” (Comunidade Capivara).

Para a condução do processo de reestruturação da ATIX, foi instaurado um Grupo de Trabalho, com três representantes de cada uma das regiões do PIX (Alto, Médio, Baixo e Leste) para analisar e discutir a situação com as comunidades de suas respectivas áreas. As atividades do GT foram iniciadas em 2008 e o resultado final, com proposta de reestruturação da ATIX, foi apresentada na Assembléia Geral da instituição em novembro de 2009⁴. Os principais pontos abordados pela proposta de reestruturação são:

- Nova sugestão de estrutura institucional da ATIX;
- Nova forma de operacionalidade da instituição;
- Discussão da representatividade das sub-regiões na composição política da ATIX;
- Ajustes no Estatuto;
- Proposta de rearranjo da localização da sede geral da ATIX (Canarana) e sub-sedes regionais. A proposta da sede em Canarana é encontrar um local neutro, para onde todos os povos do PIX convergem.

⁴ A assembléia da ATIX estava prevista para o final de novembro, período em que os avaliadores já haviam encerrado o período de coleta de insumos e informações para a elaboração deste relatório. Depois disso, não tivemos maiores informações sobre os resultados da Assembléia e encaminhamentos relativos à reestruturação da ATIX.

Na percepção das lideranças, ainda há muita discussão a ser realizada e muitos assuntos ainda não tem um consenso geral entre os povos do PIX, mas acreditam que o processo tem sido muito positivo. Além disso, também têm sido discutidas algumas idéias para reforçar a articulação entre as lideranças indígenas do PIX:

- Aumentar e melhorar diálogo com as lideranças dos povos e comunidades do PIX, mas também com suas associações étnicas;
- Execução de projetos culturais conjuntos, como forma de juntar mais as lideranças;
- Fortalecer a participação da ATIX na capacitação das lideranças das associações étnicas;
- Realizar mais atividades de discussão política interna ao PIX.

A ATIX foi criada para ter organização que representasse as lideranças do Xingu. Quando foi fundada, tinha alguns problemas, mas a situação muda e a ATIX tem que se adaptar também. Hoje achamos que a união entre os povos tem que estar mais forte.
(Liderança da ATIX, Diauarum)

Outra novidade é a proposta de inserção de um Departamento de Mulheres Indígenas na ATIX, para estimular o protagonismo das mulheres nas decisões políticas da instituição. Este parece ser um movimento mais amplo dentro, visto que acaba de ser fundada uma Associação de Mulheres Indígenas do PIX.

As lideranças do Xingu também avaliam que, numa próxima fase, é preciso garantir a ampliação em relação à articulação externa com o movimento indígena. Segundo eles, a participação nas reuniões da RCA (Rede de Cooperação Alternativa) tem sido interessante e estimulado as reflexões internas. Mencionaram, por exemplo, a influência que a forma de organização dos povos do Alto Rio Negro e da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro), tiveram sobre o processo de reestruturação da ATIX. Além disso, afirmaram que é preciso se aproximar mais do movimento indígena da Amazônia e do Brasil, ao participar das atividades ligadas à COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Eles também apresentaram suas reflexões sobre as articulações com setores não indígenas de fora do PIX. Com as prefeituras e poder público municipal em geral, afirmaram que é crescente a interlocução, pois muitos destes órgãos passam a ter ações, responsabilidades e recursos para trabalhar com os povos indígenas. A ATIX teve que dialogar com estes órgãos para que compreendessem o trabalho com povos indígenas e cumprissem suas responsabilidades. Também nas atividades de fiscalização territorial, têm sido realizadas atividades de diálogo e conscientização com moradores do entorno e prefeituras.

Em relação à Campanha Y Ikatu Xingu, reconhecem a importância, reforçam todo seu apoio para as atividades realizadas, mas afirmam que não acompanham muito de perto. As lideranças da ATIX também comentaram a relação com outros povos indígenas do Corredor Xingu. Segundo eles, esta articulação é muito difícil, devido às distâncias e dificuldades de comunicação e acúmulo de trabalho. Atualmente, entretanto, a chamada “Agenda Belo Monte” pode ser vista como uma oportunidade de articulação política com os povos indígenas de toda a calha do Xingu.

Em relação à parceria como ISA, salientaram a importância da instituição no processo de reestruturação e das atividades da ATIX mais gerais. Reconhecem que o ISA tem se dedicado às associações étnicas, mas afirmam que toda a capacitação, orientação e assessoria do ISA têm sido fundamentais para o desempenho da ATIX.

As lideranças da ATIX afirmam que é preciso continuar esta parceria, ainda que a mesma possa ser adequada aos novos tempos. Para eles, muitas das questões para as quais dependiam da assessoria do ISA, a ATIX já consegue realizar com relativa independência, como a produção de relatórios, gestão financeira e de projetos, transporte e comunicação internos no PIX, atividades de fiscalização etc.

Por outro lado, a equipe do ISA também reconhece a importância da parceria e destaca a reestruturação da ATIX como um processo fundamental e crítico para todo o PIX. Afirmam que têm apoiado o processo e que procuram acompanhá-lo muito de perto. Porém, também destacam que é preciso ter muito cuidado em estar ao lado e dar suporte, mas evitar assumir papéis que não cabem à

assessoria. Segundo eles, o protagonismo e as iniciativas devem sempre ser da ATIX.

Avaliação

A ATIX, bem como todas as atividades que desenvolve, é de extrema **relevância** para o fortalecimento e qualidade de vida dos povos indígenas do PIX e para a garantia de sua proteção e gestão territorial.

Apesar da emergência de associações étnicas no PIX e de toda a atual complexidade vivida pela ATIX, é reconhecido que a instituição tem um papel fundamental e insubstituível no processo de articulação interna dos povos indígenas do PIX. Além das diversas atividades que executa, é importante destacar a reestruturação como um processo fundamental para a sobrevivência e até fortalecimento da ATIX. Acreditamos, portanto, que a instituição está no rumo correto ao investir tanto esforço na reestruturação. É também muito importante a preocupação com a articulação política, que tem orientado o processo de reestruturação.

A discussão realizada pela ATIX sobre a representação das mulheres indígenas confirma a sinceridade e caráter aberto do imprimidos ao processo da reestruturação. Esta discussão ainda não está concluída. Não está definido se será aberto espaço de representação de mulheres na Coordenação, nem se será incentivada a consolidação de um departamento de mulheres dentro da ATIX. Diante da relevância do tema, da necessidade de incorporar a visão feminina às discussões políticas e institucionais e à importância dada à questão de gênero entre os doadores, seria interessante avançar nestas discussões e procurar soluções adequadas.

Os trabalhos da ATIX certamente apresentam **impactos positivos e significativos** entre os povos indígenas do PIX. No que se referem à proteção do território, estes **impactos** são mais gerais sobre todas as regiões do PIX, visto que cada parte dos limites é de responsabilidade de uma comunidade ou povo. Porém, em termos políticos e de execução de projetos, estes impactos se demonstraram mais significativos no Baixo Xingu, devido ao afastamento dos povos do Alto Xingu.

Ainda que tenha muito a avançar, já existem progressos evidentes no processo de crescente autonomia de gestão da ATIX em relação ao ISA: condução das atividades de proteção territorial, transporte interno, execução e gestão de projetos, gestão financeira etc. Isso demonstra uma **eficiência** institucional da ATIX, bem como do trabalho de assessoria por parte do ISA. Além disso, o ISA tem dedicado esforços significativos para outras associações étnicas:

“O ISA ampliou o trabalho, inclusive com outras associações indígenas além da ATIX. Diminuiu um pouco a capacitação e o trabalho direto com a ATIX, mas a parceria continua e é muito importante”
(coordenação da ATIX, Diauarum).

Existe a emergência de uma nova geração de lideranças, que demonstram ter alta qualificação técnica e, ao mesmo tempo, visão política. Isso parece ter influenciado nos significativos resultados alcançados pelo GT de reestruturação, especialmente no que se refere às propostas concretas de estrutura e funcionamento da instituição, discutidas durante a assembléia. Este é outro indicador de qualidade de trabalho e **eficiência**.

O momento crítico pelo qual a ATIX tem passado nos últimos anos, entretanto, além de refletir um desgaste do modelo político, também evidencia uma desmobilização e afastamento em relação à instituição. Desta forma, acreditamos que o processo de reestruturação seja realmente fundamental e deve ser tomado com cuidado prioritário pela ATIX e seus parceiros.

Em primeiro lugar porque a **sustentabilidade política** da ATIX está em xeque, pois é preciso redesenhar sua engenharia sócio-política interna, visando revitalizar sua atividade. Nesse sentido, concordamos que um dos pontos críticos é o arranjo necessário quanto à localização da sede da ATIX e o funcionamento das subsidiárias regionais.

Em segundo lugar, existe a **sustentabilidade financeira**, que também depende, em larga medida, do processo de reestruturação interna. É importante definir uma estrutura “leve” e pouco onerosa. Esta sustentabilidade também depende da habilidade em levantar fundos, o que, por sua vez, está relacionado à necessária organização interna e solidez institucional.

Existem possibilidades e até processos alternativos em curso, que podem proporcionar a sustentabilidade financeira, tais como o REDD, remuneração de créditos de carbono e o Fundo Amazônia. Porém, tal como indicado pela equipe do ISA e coordenação da ATIX, para garantir o acesso a estes recursos, é necessário que a instituição esteja bem estruturada e articulada novamente.

Por fim, acreditamos que é importante ampliar os horizontes de articulação externa com o movimento indígena mais amplo, para fortalecer uma pauta conjunta de reivindicações e lutas pelos direitos indígenas. Os encontros da RCA são interessantes, mas ficam sempre muito focados em conjunto específico de povos indígenas e ONGs.

Recomendações:

Reforço ao apoio já prestado no processo de reestruturação da ATIX, inclusive no suporte financeiro para reuniões e visitas de articulação política;

Incorporar, ao lado do ISA, da Embaixada de Noruega no Brasil e da RFN, como parceiros diretos da ATIX no apoio ao processo de reestruturação;

Ampliar a articulação da ATIX e das associações étnicas do PIX ao movimento indígena mais amplo da Amazônia e do Brasil;

Avançar e abrir mais espaço para a discussão sobre a participação das mulheres em projetos, nas atividades da ATIX e do movimento indígena em geral;

Acompanhamento mais próximo, por parte da RFN, em relação ao processo de reestruturação da ATIX;

4.8 O entorno do PIX, cabeceiras do Rio Xingu e a Campanha Y Ikatu Xingu

O processo de avaliação da **Campanha Y Ikatu Xingu** foi baseado na leitura e análise do documento síntese e de outros

materiais (divulgação, relatórios, vídeos etc.) enviados pela equipe do ISA. Em campo, tivemos várias reuniões e conversas com a coordenação (André e Rodrigo), reunião geral com equipe da Campanha em Canarana, diálogo com técnicos (principalmente Luciano), visita ao assentamento Brasil Novo (propriedade de Sr. Menin e comemoração da cooperativa), reunião com presidente da Associação Estrela da Paz, conversa com técnicos da CPT de Porto Alegre do Norte (Rodrigo e Paula), reunião com Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Indústria e Comércio de Canarana, visita ao viveiro municipal de Canarana, visita a escola em Canarana e reunião com equipe do PPDS - ISA em Brasília.

Para ampliar e detalhar ainda mais a avaliação, poderiam ser feitos contatos com produtores rurais envolvidos na campanha (estava previsto, mas houve mudança de última hora) e também produtores não envolvidos, lideranças regionais do agronegócio, Fundação MT e outros atores relevantes. Com isto, seria interessante verificar uma visão “de fora” do processo, o que permitiria inclusive analisar alternativas para avançar ainda mais com o programa.

No período de 2005 a 2008, ocorreram diversas transformações no contexto da região das cabeceiras do rio Xingu. Apresentaremos algumas delas, relevantes para esta avaliação, divididas entre três “perspectivas”.

Na perspectiva do PIX e de seus povos indígenas, se consolida a preocupação e consciência em relação aos problemas ambientais do entorno do PIX. É grande a preocupação com a situação de “funil” do PIX, ou seja, de que todos os problemas (degradação dos rios, queimadas etc.) têm impacto direto sobre a área indígena. Por fim, neste período também foi observada uma intensificação da inserção e relacionamento dos povos indígenas do PIX com o contexto rural e urbano regional.

Na perspectiva do contexto regional, se evidenciou, nos anos recentes, o fortalecimento das políticas federais de combate ao desmatamento e fiscalização ambiental. Apesar disso, há um quadro de vasta degradação ambiental da região, especialmente desmatamento e pressão sobre recursos hídricos. De qualquer forma, parece ser crescente a apropriação de preocupação e discurso ambiental por parte de produtores rurais e políticos regionais. Em termos mais amplos, entretanto, o momento é de

forte tensão e embate político a nível nacional, por conta das discussões para mudança do código florestal brasileiro, o que tem influência direta sobre realidade regional.

Em relação ao trabalho do ISA, a perspectiva de transformações também é grande. Em 2004, a Campanha é lançada e inicia como uma atividade separada e paralela (embora articulada) ao Programa Xingu. No início, a Campanha foi coordenada por Márcio Santili (PPDS / ISA) e conduzida por equipe desde o escritório do ISA em Brasília, tendo forte enfoque político e de articulação. As atividades iniciais eram voltadas para a inserção regional do ISA e da Campanha, articulação com atores regionais e acesso as políticas públicas e instituições para apoiar a região.

O cenário atual é muito distinto, demonstrando uma forte transformação do componente do entorno do PIX – Cabeceiras do Xingu. A Campanha Y Ikatu Xingu está totalmente integrada como um dos componentes do Programa Xingu. Porém, o componente tem vida e personalidade próprias. Há uma equipe exclusiva para trabalhar no componente, baseada em Canarana, onde dispõe de sede e estrutura de trabalho. A pauta de trabalho do componente é ampla e específica, incluindo um conjunto grande de interlocutores regionais e nacionais, bem como parceiros e financiadores específicos.

No momento, as frentes de trabalho deste componente são as seguintes:

a) Fortalecimento do conhecimento técnico: Desenvolvimento de conhecimento e tecnologias, especialmente voltadas para a recuperação de áreas degradadas utilizando equipamentos e técnicas apropriados para a realidade local. Isso demandou um grande esforço institucional do ISA em apreender conhecimentos sobre temas e realidades distantes de sua expertise institucional tradicional.

O foco inicial do trabalho do ISA é focado na restauração das APPs, em geral, sem dedicar muita atenção à Reserva Legal. Segundo a equipe do ISA, Esta opção é decorrente de toda a polêmica que gira em torno da Reserva Legal. Segundo eles, este tema é foco de muita resistência por parte dos produtores rurais, o que gera conflitos a nível local e até nacional. Está em curso no Congresso Nacional, a partir da influência da “bancada ruralista”,

uma rediscussão do Código Florestal brasileiro e a Reserva Legal é uma das principais discussões. Por outro lado, existe um relativo consenso, inclusive entre os produtores rurais, sobre a necessidade de conservação ambiental das APPs. Por esta razão e buscando um “terreno comum” com os produtores rurais, é que o ISA justifica o foco inicial na recuperação das APPs.

Nesse sentido, é realizado o desenvolvimento de técnicas de produção e plantio de mudas e sementes mais baratas e utilizando tecnologias e equipamentos presentes na região e dominados pelos produtores rurais. O ISA tem estudado as alternativas de instrumentos econômicos e barateamento das técnicas de plantio, algo extremamente importante para os produtores rurais. Foi realizado estudo, dentro da legislação vigente, sobre quais as melhores opções para realizar o restauro, inclusive em termos econômicos.

Na prática, é realizado o plantio de espécies nativas em APPs de fazendas (cerca de 20 produtores) e assentamentos, com orientação, assistência técnica e monitoramento in loco realizados pela equipe técnica do ISA. O plantio e recuperação efetiva de áreas degradadas já atingiram a extensão de 900 hectares.

Além disso, o ISA presta apoio ao processo de construção e consolidação da Rede de Sementes do Xingu. A partir de uma efetiva demanda por sementes de espécies nativas, já existente na região, mas reforçada pela Campanha, o ISA fomentou a consolidação da Rede de Sementes do Xingu, promovendo orientações, produção de publicações, subsídios técnicos, capacitação para coleta e beneficiamento, apoio aos núcleos coletores e formação de preços. Atualmente, participam da Rede vários produtores familiares, fazenda Bang e quatro povos indígenas.

A Rede coletou quatro toneladas em 2007 e já chegou a mais de 15 toneladas em 2009, sendo que 50 % destinados para a Campanha e o restante para o mercado regional. São realizados encontros anuais de intercâmbio e festivais de trocas de sementes. Para garantir a sustentabilidade socioambiental da atividade, foram criados critérios objetivos para a participação na Rede.

O ISA também participa da gestão do viveiro municipal de Canarana. Em parceria com a Prefeitura de Canarana, a Campanha

consolidou o viveiro municipal de mudas florestais de Canarana. Foram levantados recursos para a construção e ampliação do viveiro, que produz cerca de 40 mil mudas por ano e que são distribuídas e comercializadas para produtores rurais e diversos outros interessados na região. Foi construído galpão para armazenamento adequado das sementes florestais, coletadas e enviadas pela Rede de Sementes. No viveiro, trabalham funcionários da Prefeitura, com orientação da equipe da Campanha e são treinados estagiários, com recursos do ISA.

b) Capacitação - educação:

A dimensão de capacitação deste componente tem um enfoque agroflorestal e é voltado para os 30 municípios do entorno do PIX, visando despertar a atenção e interesse da população regional sobre o tema. A capacitação é realizada em pelo menos dois níveis. O primeiro é de cunho mais político-ideológico, de formação de lideranças (Agentes Socioambientais) e de consolidação de uma “massa crítica” regional que esteja engajada em questões socioambientais. O segundo nível é mais técnico e operacional e é voltada para o desenvolvimento de mão de obra especializada (técnicos, estagiários no viveiro etc.).

Nesse sentido, uma das principais atividades de capacitação tem sido a realização de cursos de formação de Agentes Socioambientais. Até o momento, foram formadas cinco turmas de cerca de 35 pessoas, que passaram por um ano e meio de processo formativo organizado em três módulos presenciais. O objetivo dos cursos é a formação de agentes de mudança social na região, a partir do desenvolvimento de habilidades tanto técnicas como sociais. Depois do curso, os agentes socioambientais passaram a ser referências em suas regiões.

Articulado ao curso, houve apoio à consolidação de algumas iniciativas socioambientais dos agentes, sendo que foi feita uma publicação com alguns dos resultados. Estas iniciativas, muitas delas de restauração florestal, serviram de “vitrine” para o desenvolvimento de trabalhos mais práticos.

c) Articulação:

Este é um aspecto considerado fundamental para o componente, pois visa estabelecer relações de confiança e de parceria com

instituições regionais e especializadas na temática da produção rural, além dos parceiros tradicionais do ISA, voltados para as questões sociais e ambientais.

O objetivo desta frente de trabalho é ajudar a trazer recursos para a região, através de articulação com políticas públicas a nível nacional e internacional, bem como apoiando atores locais na elaboração, encaminhamento e gestão de projetos. É feito o apoio na elaboração e implementação de projetos na região, ajudando a “trazer” recursos federais e de instituições privadas para a região (como por exemplo o PPP-Ecos, PDA, FNMA, HSBC, Icatu Hartford etc.). A implementação do Fundo Xingu, para apoiar iniciativas demonstrativas ambientais na região, é uma forma do ISA consolidar este seu papel na região. Além do pessoal do ISA do componente em Canarana, a equipe do PPDS também apóia esta atividade.

O ISA procura participar de eventos relacionados à questão agropecuária, para divulgar e discutir os fundamentos e os resultados da Campanha, como Exposições Agropecuárias, “Dias de Campo” etc.

O ISA também realiza trabalho de cartografia e imagens de satélite, pois a região carece de informações qualificadas nesta área, inclusive órgãos públicos. Este trabalho é parte de análises gerais da região, passa por detalhamentos nos municípios até chegar a análises de propriedades específicas. Fornece informações concretas e seguras sobre as áreas, indicando locais onde devem ser realizadas monitorias presenciais. Este trabalho pode contribuir, segundo equipe do ISA, para a elaboração de zoneamentos ecológicos econômicos dos municípios.

Em geral, o componente tem uma abordagem prática, de colocar projetos concretos “no chão” e assumir um papel demonstrativo ao mostrar alternativas concretas de restauração florestal e da importância das questões socioambientais. A idéia é apresentar experiências concretas para inverter lógica regional de resistência ao plantio de florestas e recuperação ambiental.

Um elemento destacado como muito importante para o componente é a comunicação e divulgação da Campanha através de publicações, informativos, participação em eventos e realização de encontros. Esta estratégia visa fazer circular na região as

informações sobre a campanha, sensibilizar os diversos agentes locais e divulgar os trabalhos concretos realizados. Está prevista a contratação de uma jornalista da região para reforçar esta atividade. O Encontro das Iniciativas Sustentáveis, realizado em Canarana em 2008, foi destacado como um marco de presença e visibilidade da Campanha na região.

A implementação desta linha de ação como um componente dentro do Programa Xingu, entretanto, teve todo um trabalho inicial de superar resistências de diversas ordens. Segundo a coordenação do Programa Xingu e equipe do PPDS, havia resistências internas ao próprio ISA quanto à instituição assumir atividades e interlocução com o setor agropecuário, um “adversário” tradicional para a questão socioambiental. Esta resistência era também acompanhada por alguns de parceiros e interlocutores próximos históricos.

Por outro lado, entretanto, os próprios produtores rurais e o setor agropecuário em geral, também tinham enorme resistência e desconfiança em dialogar com uma ONG da área socioambiental. Foi realizado trabalho com lideranças setoriais e formadores de opinião, visando estimular a assimilação dos princípios da Campanha e o protagonismo de sua condução entre representantes do setor agropecuário. O curso de formação Agentes Socioambientais foi apontado como uma importante estratégia nesse sentido.

Além disso, o ISA estabeleceu canais de comunicação e interlocução com setores da sociedade regional como instituições públicas, produtores rurais e organizações sociais. Através da realização de trabalhos práticos e execução de tarefas concretas, demonstrando a qualidade de sua abordagem. Segundo a coordenação do Programa, isso foi muito importante para que o ISA passasse a ser reconhecido e respeitado regionalmente pela qualidade técnica de seus trabalhos e pela efetividade de sua contribuição.

Ainda há muito para se avançar, mas para a equipe executora do componente, o ISA conseguiu superar a barreira existente entre os produtores rurais e as discussões socioambientais, um feito notável para o contexto regional;

A relação da Campanha com os povos indígenas do PIX é um assunto importante, mas complexo e geralmente considerado delicado. Por um lado, tanto a equipe do ISA como as lideranças da ATIX salientaram que a Campanha presta um importante serviço para o PIX, que é o de “amansar os brancos”, ou seja, trabalhar nos problemas de fora do PIX que tem afetado as comunidades de dentro da área indígena.

Por outro lado, entretanto, a relação direta entre povos indígenas e seus vizinhos imediatos é complexa, pois é fruto de processo de muitas tensões e conflitos. Apesar de algumas situações de aproximação, muitos representantes indígenas ainda apresentam muita resistência em realizar este contato. Do lado dos produtores rurais, a resistência também é grande. Segundo a equipe do ISA, portanto, é preciso ter muito cuidado nas atividades que, de alguma forma, promovam este contato.

Nesse sentido, a equipe afirmou que já são realizadas algumas atividades, que articulem os povos indígenas do PIX à Campanha, embora sempre permeadas com o devido cuidado e cautela:

- Visita e assistência de técnicos da Campanha às áreas indígenas;
- Restauração florestal da fazenda Ronkô, na TI Wawi;
- Participação de representantes indígenas em processos de formação promovidos pela equipe da Campanha;
- Participação de quatro povos indígenas na Rede de Sementes do Xingu;
- Participação de representantes indígenas no Encontro das Iniciativas Sustentáveis.

Avaliação

Diante do avançado quadro de degradação ambiental da região e conversão do cerrado e de florestas em pastagens e campos de agricultura, o trabalho realizado pelo componente do entorno do PIX é de extrema **relevância**.

Por um lado, é muito relevante para os povos indígenas do PIX, pelos benefícios que pode causar nas comunidades indígenas, com a redução do impacto que vem de fora. Por outro lado, é também importante para o próprio entorno, por trazer aportes técnicos de qualidade para a adequação ambiental da atividade agropecuária.

É notável a quantidade e diversidade de atividades realizadas pelo componente nestes poucos anos de trabalho, o que é um indicador de **eficiência** da equipe: áreas efetivamente reflorestadas, técnicas desenvolvidas, sistematizadas e divulgadas, agentes capacitados, rede de sementes consolidada, recursos trazidos para a região etc. Enfim, são resultados que merecem destaque.

A qualidade do material de divulgação reforça a competência da equipe em registrar e sistematizar as informações relacionadas às atividades do componente. A equipe demonstrou dominar os assuntos com os quais trabalha, o que teve reconhecimento por parte dos diversos parceiros com os quais tivemos contato durante a avaliação.

Além disso, também reforça a **eficiência** do componente a efetivação e o reconhecimento do ISA no cenário regional, como uma instituição aberta ao diálogo e com uma agenda de trabalho positiva. Demonstrou, portanto, habilidade em transitar entre campos sociopolíticos distintos, desde os povos indígenas, ONGs ambientalistas e de defesa de direitos sociais, até algumas lideranças políticas regionais, gestores públicos e representantes do setor dos produtores rurais.

A Secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana salientou a qualidade técnica do ISA, bem como sua habilidade em dialogar com o setor produtivo, o que contribuiu para o amadurecimento da questão ambiental na região. A parceria entre a Secretaria e o ISA, segundo ela, é muito positiva e que trouxe muitos benefícios para o município e região, fato que é reconhecido inclusive por alguns representantes do setor produtivo.

Não é possível, entretanto, avaliar a extensão do impacto dos trabalhos do componente na região. Entre os parceiros próximos, fica claro o reconhecimento e os resultados do trabalho do ISA. Porém, é difícil analisar a visibilidade das atividades de uma forma mais ampla, entre produtores rurais e lideranças políticas.

Em relação à **sustentabilidade** das atividades, é necessário avaliar pelo menos dois aspectos. O primeiro é relativo à **sustentabilidade dos procedimentos** trabalhados pela Campanha. É evidente que alguns produtores e lideranças políticas estão engajados na idéia da Campanha. Porém, a efetiva

sustentabilidade dos procedimentos dependeria de uma ampliação deste engajamento. A equipe do componente demonstrou clareza em relação a este diagnóstico e estratégias de trabalho claras, através do trabalho com formadores de opinião e pessoas chave para a região. O investimento em mão de obra especializada na região é outro aspecto a ser destacado. De qualquer forma, esta dimensão da sustentabilidade nos parece um dos aspectos críticos para a Campanha.

O segundo aspecto é o da **sustentabilidade financeira**, que pode ser fragmentada em várias outras dimensões. A execução da Campanha de fato trouxe recursos federais e privados para a economia da região. Também apoiou a consolidação da Rede de Sementes, o que representa uma alternativa de geração de renda para a região. A equipe tem focado seu trabalho no desenvolvimento de técnicas e conhecimentos voltados para metodologias de restauração florestal viáveis, mas que sejam também mais baratas. Por fim, o ISA demonstrou grande habilidade em obter recursos e financiamentos para alavancar as atividades da Campanha e do próprio componente.

O grande desafio colocado, entretanto, é manter este aporte de recursos e estimular a criação de fontes mais permanentes de financiamento, seja para o ISA ou mesmo para a atividade de recuperação ambiental como um todo.

Recomendações:

Caso o processo de avaliação tenha próximas fases, seria interessante incluir produtores rurais, suas entidades de classe, lideranças políticas e outros que não estejam diretamente ligados ao trabalho da Campanha ou mesmo que apresentem resistência em relação à mesma;

A Campanha poderia pensar em novos mecanismos para incorporar, ou pelo menos se aproximar mais destes outros produtores;

Reforçar e até ampliar o processo de qualificação de mão de obra local e regional para trabalhar com a produção e plantio de mudas, beneficiamento de sementes e outras atividades relacionadas à agrofloresta e voltadas para a recuperação áreas degradadas;

Trabalhar junto a lideranças regionais, a consciência de que o PIX, ao invés de um “inibidor” do progresso, representa um grande capital social e ambiental para a região: “nossa região é grande produtora de grãos e ainda tem uma das mais importantes Terras Indígenas do país”;

Intensificar os esforços de articulação entre os povos indígenas do PIX e as atividades da Campanha.

4.9 Ações na Terra do Meio e região de Altamira (PA)

A avaliação do componente da Terra do Meio foi realizada a partir da análise do documento síntese e vários outros materiais enviados pela equipe do ISA. Foram realizadas reuniões e conversas com a coordenação do componente (André e Marcelo) durante a visita ao PIX, reunião com equipe do componente em Altamira, conversa com Erika (PPDS), reuniões com parceiros locais do ISA (FVPP, Movimento de Mulheres, Procurador da República), reunião com representantes e lideranças das comunidades das RESEX e reunião com equipe do PPDS em Brasília.

Faltaram contatos com o representante do ICMBio (que estava agendado, mas foi suspenso na última hora devido a uma viagem

do representante da instituição), FUNAI, comunidades indígenas e outros órgãos regionais. Também poderia ser realizado contato com gestores do MMA e outros órgãos que estiveram relacionados à regularização das UCs da Terra do Meio, o que possibilitaria uma compreensão mais abrangente do processo. Uma visita às comunidades das RESEX também seria de grande valor para avaliar os impactos locais da atuação do ISA.

O contexto regional da Terra do Meio e Altamira têm estado especialmente agitados nos últimos anos. O processo de grilagem e conflitos rurais e fundiários se intensificou na década de 90. Neste período, também houve a intensificação da fiscalização florestal, reduzindo significativamente a atividade madeireira e impondo restrições à pecuária bovina. Este fato imprimiu novas condições, especialmente restritivas, à economia regional. A situação ficou ainda mais tensa com o processo de regularização das RESEX e outras UCs, e a conseqüente expulsão de fazendeiros e invasores. Por fim, nos anos recentes, foi retomado o processo de discussões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em relação às populações da RESEX, há um salto significativo em relação às suas condições de vida. Nos últimos anos, tiveram suas terras demarcadas, elaboraram e aprovaram os Planos de Manejo de seus territórios, obtiveram a canalização de uma série de políticas públicas e direitos básicos antes negligenciados (documentação pessoal, saúde, educação etc.) e fortaleceram seu engajamento com outros agentes do movimento social organizado da região. Isso tudo colaborou para um fortalecimento de sua cidadania e protagonismo como atores políticos regionais.

Também foram muito grandes as transformações do trabalho do ISA na região, no período abrangido pela avaliação. Antes de 2005, o ISA não tinha atuação direta nenhuma na região. Havia se envolvido com o Encontro de Altamira, que reuniu diversas lideranças indígenas, ONGs, movimentos sociais contra a construção da Barragem de Belo Monte em 1989.

Em 2002, a convite do MMA, realizou um estudo sobre a situação da região da Terra do Meio e de possíveis Unidades de Conservação na área. Durante as discussões sobre a pavimentação da rodovia BR-163, entre 2003 e 2004, teve aproximação com organizações da sociedade civil de Altamira. Neste período se aproxima da FVPP, atual parceira cotidiana do ISA na região.

A partir de 2004, passa a acompanhar e realizar articulações a favor da regularização das UCs da Terra do Meio, através da equipe do PPDS em Brasília. Neste período, membros da equipe do ISA já começam a visitar a região com maior frequência, principalmente em decorrência dos estudos realizados na região da Terra do Meio.

Este processo de crescente envolvimento gerou um quadro muito distinto no momento atual, pois a ação do ISA na região da Terra do Meio e Altamira está consolidada como um componente efetivo do Programa Xingu. A exemplo dos trabalhos no entorno do PIX, o componente da Terra do Meio tem vida, personalidade e agenda própria.

O ISA tem escritório estruturado em Altamira, com equipe própria e uma pauta de trabalho específica nas RESEX e na região em geral. Também possui um conjunto de parceiros, apoiadores e financiadores específicos para suas atividades. Sua rede de parceiros locais é ampla e tem forte agenda de trabalho em comum, envolvendo associações de base dos moradores das RESEX, ICMBio, FUNAI, MPF etc.

Seu parceiro prioritário, com o qual tem pauta de trabalho conjunto permanente, é a FVPP, organização com longo histórico na região, ligada à Igreja católica e que tradicionalmente apóia trabalhadores rurais e pequenos produtores. O envolvimento da FVPP com as populações extrativistas, segundo sua coordenação, coincide com a consolidação da parceria com o ISA.

O trabalho do ISA com as comunidades das RESEX também está bem consolidado, incluindo assistência em geral, assistência técnica para produção agroextrativista, apoio institucional e orientação política. Esta consolidação foi destacada pelos representantes das RESEX com os quais tivemos contato em Altamira.

Neste período, entretanto, a instituição também tem se envolvido integralmente com a agenda de discussões sobre a implantação da Usina de Belo Monte. Sendo esta uma forte demanda de seus parceiros locais, o ISA tem feito leitura, análise e produção de documentos técnicos, realizado reuniões, organizado encontros e se envolvido em diversas outras atividades relacionadas ao tema. Embora não seja o foco do seu trabalho na região, acaba dedicando uma grande parte de seus esforços na questão, pois esta tem sido uma demanda de seus parceiros.

Desta forma, as ações mais destacadas do componente da Terra do Meio do ISA neste período foram as seguintes:

- Apoio ao processo de identificação e regularização das RESEX e outras UCs da Terra do Meio, a partir do estudo inicial de 2002 para o Ministério do Meio Ambiente, e posteriormente com a realização de diversos estudos e levantamentos técnicos e articulação política em Brasília.
- Participação e apoio geral na produção de diversos estudos e documentos técnicos que tem subsidiado seus parceiros em várias ações:
- Elaboração e aprovação do Plano de manejo das RESEX;
- Fornecimento de subsídios para que a Procuradoria Geral da República pudesse realizar uma série de processos e diligências; etc.
- Em conjunto com a FVPP, tem realizado apoio de assistência básica às comunidades das RESEX e UCs da Terra do Meio: regularização da documentação pessoal dos moradores, articulação para o atendimento básico de saúde e educação nas comunidades, estruturação do transporte e comunicação através da aquisição de barcos e aparelhos de radiofonia etc. Além disso, também tem apoiado em outros processos como a retirada de carteira de pescador para os moradores, o que permite receber recursos do governo durante o período do defeso da pesca.
- Desenvolvimento de alternativas de produção e geração de renda para as comunidades das UCs, especialmente a seringa, mas também copaíba, castanha e aproveitamento de madeira caída para produção de pequenos móveis. Para esta finalidade, realizou diversos estudos e levantamentos, contratou técnicos especialistas, presta assistência técnica em campo, apóia o contato com possíveis compradores, articula possíveis políticas públicas de fomento.
- Em parceria com a FVPP, tem realizado apoio e assessoria institucional para as organizações das comunidades das RESEX e UCs, através da regularização documental e organizacional, organização da documentação, formação e treinamento das coordenações, apoio estrutural etc.

- Apoio com serviços e produtos relativos a georeferenciamento, produção de mapas e imagens de satélites e outras atividades relacionadas;

Em relação à regularização fundiária, o ISA realizou levantamentos e estudos específicos que subsidiaram ações da Procuradoria Geral da República de Altamira contra fazendeiros e grileiros instalados dentro das UCs da Terra do Meio.

No que se refere à articulação do movimento social, o ISA tem participado da animação da Rede Terra do Meio, que reúne uma série de instituições dos movimentos sociais que atuam na região. Já foram realizadas quatro reuniões e, segundo a equipe do ISA, o engajamento das instituições tem aumentado e se intensificado, fato que fortalece o protagonismo político regional da Rede.

Avaliação

A Terra do Meio é uma região de grande riqueza socioambiental, com precária situação fundiária e foco de graves conflitos sociais. Representa, desta forma, uma região tão rica quanto vulnerável em termos socioambientais.

Portanto, os trabalhos realizados pelo ISA na região são de grande **relevância**, tanto em termos de apoio ao combate ao desmatamento, através da regularização das UCs, como de fortalecimento das populações tradicionais extrativistas e das organizações da sociedade civil.

A análise dos documentos apresentados e os contatos realizados com a equipe do componente e seus parceiros indicam que a chegada e o início das atividades do ISA na região tiveram um **impacto** significativo.

Os indicadores apontados para respaldar este impacto:

- Efetiva regularização fundiária das Unidades de Conservação e aprovação de seus Planos de Manejo, processos que contaram com o apoio técnico e político do ISA;
- Emergência das populações extrativistas que habitam as RESEX e UCs da Terra do Meio, que fortaleceram seu acesso à cidadania básica, dinamizaram suas organizações, se articularam com o movimento social local e revitalizaram atividades econômicas. Em todas estas atividades, segundo

os extrativistas e os parceiros locais, a atuação do ISA foi de grande importância.

É evidente que estas atividades, bem como os resultados alcançados, não são frutos exclusivos do trabalho do ISA. As limitações de tempo e de amplitude dos contatos realizados durante o processo de avaliação, no entanto, não permitem uma análise mais detalhada da **extensão do impacto** da participação do ISA neste contexto. Porém, a base de informações e depoimentos disponíveis nos permite afirmar que a chegada da instituição na região efetivamente “fez a diferença”.

Outro aspecto a ser destacado é o reconhecimento da **eficiência** da atuação da equipe deste componente do ISA, o que pode ser evidenciado pela realização, num curto período, de um amplo e considerável conjunto de atividades realizadas e resultados alcançados.

Esta eficiência é respaldada pelo grande reconhecimento da contribuição dos trabalhos do ISA, por parte dos diversos parceiros e representantes de comunidades, que destacaram a qualificação do trabalho da instituição em diversas atividades: a) aporte de informações qualificadas (conforme reforçado pela FVPP e Procurador); b) trabalho concreto junto às comunidades o que trouxe muitos benefícios concretos (conforme destacado pelos representantes das RESEX e FVPP); c) apoio ao movimento social regional quanto à articulação institucional nacional e internacional (indicado pela FVPP), alta capacidade de mobilizar recursos (comprovado pela extensão dos parceiros e financiadores específicos do componente) e contribuição para mobilização social e processo organizativo da sociedade civil.

Apesar de o componente estar investindo no fortalecimento das associações dos moradores das RESEX, o estímulo do protagonismo e governança das populações extrativistas da Terra do Meio, nos pareceu um aspecto crítico a ser ainda mais reforçado. Entendemos que o apoio ao protagonismo dos moradores da Terra do Meio já observa resultados consideráveis, ainda mais considerando a precariedade em que viviam, até em termos de cidadania básica.

Também entendemos que os Planos de Manejo das RESEX proporcionam a orientação geral do que precisa ser realizado nos

territórios e gerenciado por suas populações e associações. A execução destas atividades, portanto, representa uma via estratégica para promover seu protagonismo. Desta forma, na nossa avaliação, seria interessante fortalecer ainda mais as associações comunitárias e suas lideranças como os verdadeiros protagonistas da gestão das RESEX, o que inclui investimento em formação política, técnica e administrativa.

A grande capacidade de conseguir financiamento para as atividades realizadas na região, demonstrada pelo Programa Xingu, é um importante indicador de **sustentabilidade** de seu componente da Terra do Meio. Além disso, a habilidade demonstrada de articulação política e institucional, direcionada para trazer recursos públicos e instalar políticas públicas nas RESEX também representa outro importante elemento de **sustentabilidade** do programa. Por fim, há que se destacar sua **sustentabilidade política**, decorrente do fortalecimento das relações entre o ISA e atores regionais, especialmente através da Rede Terra do Meio.

A avaliação deste componente, entretanto, foi a que teve as condições mais limitadas. Tivemos apenas um dia em Altamira, tivemos um limitado conjunto de contatos e não pudemos observar nenhuma atividade concreta no local. Além disso, em contraste com as atividades do entorno do PIX e cabeceiras do Xingu, o componente da Terra do Meio não tem interação direta com as outras atividades realizadas pelo Programa Xingu. Por fim, é o componente mais recente, cujas atividades têm poucos anos e cujo trabalho começa a se consolidar agora.

Portanto, uma avaliação mais abrangente do componente deveria contar com um período maior de campo, incluindo visitas às RESEX. Além disso, também seria interessante aguardar um período maior para que os resultados da execução do componente se consolidem.

Recomendações:

Reforçar as ações de formação política, técnica e administrativa das populações extrativistas das RESEX, visando fortalecer seu protagonismo na condução da gestão de seus territórios;

Manter acompanhamento próximo da execução do componente, verificando as possibilidades de interface concretas com os outros componentes do Programa Xingu, com o objetivo de fortalecer uma gestão integrada do “Corredor Xingu”.

4.10 Gestão e coordenação geral do Programa Xingu

A análise da gestão do Programa Xingu tomou como base o conjunto geral de documentação enviada pela equipe do ISA. Nos Relatórios anuais, há uma seção específica sobre a coordenação do Programa. Durante os trabalhos de campo, diversas reuniões e conversas informais foram realizadas com sua coordenação (André, mas também Rodrigo, Paulo e Marcelo), reuniões com as equipes dos diversos componentes, reuniões com parceiros institucionais (principalmente ATIX e FVPP) e reunião com equipe do Programa de Políticas Públicas do ISA em Brasília. Sendo a gestão responsável pela condução geral do Programa, entretanto, todas as atividades e visitas também serviram de subsídio para sua avaliação.

Para uma análise mais ampliada da inserção do Programa Xingu dentro do ISA, bem como de sua interação com os outros Programas, seria interessante ampliar o leque de entrevistas e contatos para a coordenação geral e de outros programas da instituição.

Foram significativas as mudanças ocorridas na coordenação nestes últimos anos, acompanhando todo um conjunto de transformações vivenciadas pelo Programa Xingu.

Na condução estratégica do Programa, uma das responsabilidades de sua coordenação, é sensível a diferença dos contextos de 2005 e de 2009. O Programa consolidou, de forma efetiva, a ampliação de

sua configuração geral e foco de ação. Em 2005 o Programa ainda estava muito focado em atividades dentro do PIX, com algumas iniciativas mais localizadas (estudos, articulações, colaboração com a Campanha etc.). Em 2009 passa a ter uma amplitude geográfica de ação muito maior, incluindo o PIX, seu entorno e a região da Terra do Meio.

O processo de tomada de decisões, portanto, fica muito mais amplo e complexo, incrementando a condução estratégica de sua coordenação.

Em decorrência desta ampliação de foco de atuação, a coordenação do Programa também teve que ampliar significativamente seu universo de articulação política e institucional. Atualmente, além dos interlocutores históricos do Programa (índigenas, indigenistas, ambientalistas e políticas públicas), sua coordenação passa a ter que se relacionar com muita proximidade a outros setores, como produtores agropecuários, agricultores familiares, políticos e gestores públicos locais, populações extrativistas, entre outros.

Esta situação também implicou na ampliação dos parceiros locais do Programa. Cada um de seus componentes, relacionado a uma área geográfica e contexto social distintos, requer parcerias específicas, conforme detalhado em cada um dos itens anteriores. Se até 2005 a ATIX era o principal parceiro local do Programa Xingu do ISA, hoje é preciso incluir nesta lista pelo menos a FVPP para a região da Terra do Meio.

Embora tenha um caráter distinto, também podemos considerar a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana, como um importante parceiro para a área do entorno do PIX. Além da ampliação da articulação, também tem sido importante fortalecer a visibilidade do Programa nestes distintos ambientes e regiões.

Outra alteração importante foi a necessidade de ampliação e diversificação do conjunto de financiadores do Programa. Além do aumento de atividades significar a necessidade de maior quantidade de recursos financeiros, a diversificação destas atividades requer financiadores e parceiros institucionais com perfis diferenciados.

No Relatório Institucional de 2005, foram indicadas 26 parcerias e fontes de financiamento. Já em 2008, este número quase triplicou,

chegando a 31 financiadores e 43 parcerias, conforme Relatório Institucional. Nota-se, no relatório de 2008, a presença de diversos órgãos públicos locais e regionais, instituições privadas e organizações relacionadas à agropecuária.

O Programa Xingu também precisou ampliar e diversificar sua equipe de trabalho. O aumento das atividades sob responsabilidade do Programa acarretou numa ampliação significativa da equipe. Segundo os Relatórios Institucionais do ISA, em 2005, 16 pessoas passaram pela equipe do Programa Xingu, sendo que em 2008 este número subiu para 33. Também aumentaram consideravelmente o número de colaboradores e pesquisadores associados. Além da quantidade, entretanto, o perfil da equipe também teve mudanças significativas, com a incorporação de profissionais de variadas formações técnicas.

É notável, portanto, a diversidade de conhecimentos, áreas técnicas e expertise que o Programa Xingu precisa dominar. É necessário conhecer a conjuntura e legislação indígena e indigenista, agropecuária, ambiental, de populações tradicionais etc. É preciso dominar um amplo conjunto de assuntos e técnicas específicas, como coleta de sementes, educação indígena, técnicas de recomposição florestal, manejo de recursos naturais diversos e muitos outros.

Embora as coordenações de cada um dos componentes específicos possam ter uma especialização maior em algumas áreas técnicas, a coordenação geral precisa ter domínio geral deste vasto e diversificado conjunto de expertise. Todo este acúmulo de conhecimento está refletido numa enorme quantidade de estudos, documentos técnicos, relatórios e outros materiais produzidos pela equipe.

Também foi ampliado o espectro de espaço sociais e políticos nos quais a coordenação do Programa passa a ter que se inserir e participar, como a Rede Terra do Meio, Encontros de produtores agropecuários, agenda de Belo Monte, apenas para citar alguns deles.

A estrutura de trabalho também foi ampliada, com a consolidação da equipe da Campanha no escritório de Canarana, bem como com a instalação da sede do ISA em Altamira. Além disso, o Programa tem investido na instalação de infra-estrutura e

capacitação voltadas para energias alternativas no PIX e Terra do Meio.

A inserção institucional do Programa Xingu no ISA como um todo é outra função atribuída à coordenação. Nesse sentido, segundo sua coordenação e a equipe do PPDS, a nova configuração do Programa Xingu gerou um processo de reflexão e discussão interna no ISA. Trabalhar com o setor de agronegócio, por exemplo, foi citado como algo muito diferente do histórico da instituição. Este contato com representantes de um “campo oposto”, por sua vez, encontrou algumas resistências internas. Nesse sentido, foi necessário um grande esforço para a “construção de consensos e entendimentos” institucionais sobre o novo tipo de trabalho realizado.

Segundo as equipes do Programa Xingu e do PPDS, se por um lado este processo teve seus momentos de tensão, por outro lado, seu resultado foi o crescimento institucional com a agregação de novas áreas de conhecimentos e de trabalho.

O Programa Xingu, assim como os outros Programas Regionais (Rio Negro e Yanomami e Vale do Ribeira) representam o que a equipe do PPDS classificou como “fio terra”, ou seja, a realização prática e concreta de iniciativas voltadas para o fortalecimento de povos indígenas e alternativas para a valorização ambiental.

A proximidade entre o Programa Xingu e o Programa de Políticas Públicas do ISA, salientado durante as reuniões com suas equipes, reforça este papel de “fio terra”. O PPDS não tem projetos “de chão”, mas pode realizar a tradução de temas relevantes para as realidades regionais na pauta de discussões institucionais do ISA, assim como para as políticas públicas nacionais.

Os Programas Regionais fazem o trabalho concreto, que permite uma visão mais fina de como se constituem e funcionam as realidades locais e regionais, como por exemplo as cadeias produtivas. Com isso, a instituição tem subsídios para discutir políticas públicas socioambientais com base em exemplos concretos e experiência própria de trabalho.

Com a nova configuração do Programa Xingu do ISA, portanto, a instituição passa a ter que trabalhar simultaneamente com múltiplos níveis de segmentos sociais e com um largo número de

parceiros e interlocutores, que não necessariamente compartilham os mesmos interesses e perspectivas. Nesse contexto, passa a ser cada vez mais significativo o envolvimento com a questão da “governança”, tal como identificado por recentes pesquisas na área de políticas públicas.

A eficácia do Programa, portanto, não se limita apenas a aspectos gerenciais, numa lógica hierárquica de ações. Em larga medida, sua eficiência depende da legitimidade da rede de relações nas quais a instituição está envolvida. Num contexto sociopolítico complexo como a execução de atividades através de redes sociais, é importante a participação das instituições numa lógica política “horizontal” e de assimetria de relações.

A gestão de redes sociais implica num permanente enfrentamento de um dilema: caso não haja efetiva participação de todos os atores relevantes para a implementação dos projetos e programas, os mesmos provavelmente terão problemas de legitimidade. Num ambiente onde os participantes partem de interesses muito diversos, como é o caso do Programa Xingu, existe a tendência de uma menor efetividade das ações. Em geral, a intensa e consistente ação e interlocução junto aos participantes da rede é que permitirão a superação deste dilema.

Avaliação

A ampliação da abrangência das áreas de atuação do Programa Xingu do ISA, bem como o respectivo trabalho de sua coordenação, nos parecem de grande **relevância**, seja para o fortalecimento dos povos indígenas do PIX e extrativistas da Terra do Meio, como também para agricultores familiares e produtores rurais. Além disso, a **relevância** desta ampliação é também válida para o ISA e para a própria RFN. Embora distintas de seu perfil institucional histórico, as novas áreas de conhecimento e expertise agregadas, trazem uma bagagem ainda maior para a construção de alternativas socioambientais.

O **impacto** da coordenação pode ser medido, em parte, pelo **impacto** dos componentes do Programa Xingu. Nesse sentido, ficou evidente o importante papel cumprido pela coordenação na ampliação da abrangência do Programa Xingu, assim como de todos os resultados positivos alcançados, destacados nos itens anteriores de avaliação de cada um dos componentes específicos.

Durante as visitas de campo, foram diversas as manifestações de reconhecimento, por parte de vários parceiros e interlocutores, que o Programa Xingu do ISA “faz a diferença” nas atividades nas quais se envolve, potencializando o trabalho de outras organizações e trazendo contribuições técnicas e políticas específicas:

“A atuação do ISA estimulou o trabalho da Prefeitura de Canarana com o meio ambiente. O ISA ajudou a trazer projetos e recursos para a região e é nosso parceiro em várias atividades, contribuindo com sua qualidade técnica de trabalho.” (Secretaria Municipal de Canarana).

“O ISA teve aporte fundamental para fortalecer as redes de articulação social, trazer maior capital político para os movimentos sociais da região e aproximar a agricultura familiar da questão ambiental” (equipe FVPP, Altamira)

Em termos institucionais, a ampliação do Programa Xingu representa um **impacto positivo e** efetivo de enriquecimento para o ISA como um todo, com a apropriação de novas áreas de trabalho, acúmulo de conhecimento em assuntos variados e resultados concretos de trabalho em distintas áreas. A mesma contribuição pode ser estendida para a RFN.

Em termos de **eficiência de trabalho**, nossa avaliação da coordenação do Programa é também muito positiva, tomando como base diversos elementos:

- As equipes dos componentes nos pareceram altamente motivadas e engajadas em suas atividades;
- Com toda a dificuldade e acúmulo de trabalho, observamos uma positiva articulação entre as linhas de ação do Programa Xingu;
- A equipe demonstrou amplo domínio dos assuntos técnicos sobre sua responsabilidade, seja nas conversas, reuniões e visitas ou mesmo nos materiais analíticos e de divulgação disponibilizados;
- Foi demonstrada grande capacidade de trabalho e contribuição técnica, reconhecidas pelos parceiros com os

quais tivemos contato, como ATIX, comunidades indígenas, FVPP, MPF, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana, CPT, assentados do Brasil Novo, moradores da Terra do Meio.

“Em todos esses anos tivemos muito apoio e capacitação em gestão e assessoria na parte jurídica. O ISA é muito importante para nós.” (Coordenação ATIX, Diauarum)

Não foi possível avaliar a interação entre o Programa Xingu e os outros Programas Regionais do ISA. As equipes do PPDS e do Programa Xingu, entretanto, salientaram a proximidade e contribuição mútua entre ambos programas.

Segundo a coordenação, entretanto, esta ampliação e diversificação das áreas de trabalho do Programa Xingu tem gerado uma grande sobrecarga de gestão administrativa e burocrática. Com o aumento de fontes de financiamento e interlocutores institucionais, é preciso dedicar tempo e esforço significativos para a elaboração de inúmeros relatórios específicos, em formatos diferenciados, além de uma grande quantidade de prestações de conta e relatórios financeiros.

Uma das maiores dificuldades de gestão apontadas pela coordenação, tem sido lidar com este “varejo” de financiamentos. Segundo eles, para que o foco do Programa Xingu possa abranger a Bacia Hidrográfica como um todo, seria importante ter acesso a financiamentos maiores, reduzindo assim as fontes de gestão burocrática e ampliando a capacidade de trabalho.

De qualquer forma, acreditamos ser importante para o ISA e RFN buscarem possíveis inovações na gestão e “*governança*” do Programa no nível ‘macro’, ou seja, no Corredor Xingu como um todo. Desta forma, é possível balancear eficiência de gestão com legitimidade baseada na participação adequada de todos os parceiros.

Com o novo formato de trabalho das equipes do PIX, especializado por aldeias e povos indígenas, o ISA tem potencializado os resultados concretos de ação por um lado, mas por outro tem também gerado uma grande sobrecarga, pois as demandas comunitárias são sempre intensas. Isso ficou evidente,

segundo a coordenação do Programa, com as dificuldades de execução enfrentadas em 2008, em decorrência de problemas de saúde da equipe. Um desafio que parece ser cada vez mais significativo são as “pressões” e demandas de outras comunidades indígenas do PIX (notadamente do Alto Xingu) para que o ISA amplie suas atividades.

A mesma situação se aplica à expansão territorial da atuação do Programa para o Corredor Xingu. Neste caso, as demandas sobre a coordenação também se intensificam, na medida em que os trabalhos no entorno e na região da Terra do Meio se consolidam.

De qualquer forma, a coordenação do Programa Xingu demonstrou habilidade e competência em manter o padrão de qualidade de trabalho. Também demonstrou alta capacidade de ampliar seu conjunto de financiadores e parceiros, viabilizando a nova abrangência e dimensão do Programa, o que tem contribuído para a **sustentabilidade** do Programa.

Para fugir do “varejo” de financiamentos e da sobrecarga de gestão em busca de maior estabilidade institucional, algumas estratégias têm sido desenvolvidas, como projetos de remuneração de serviços ambientais através do mercado de carbono e REDD. São iniciativas já em curso, ainda sem resultados concretos, mas que podem representar apostas efetivas de **sustentabilidade** a médio e longo prazos.

Recomendações

Avaliar até que ponto será possível não atender às demandas de apoio das comunidades indígenas do Alto Xingu e quais as medidas alternativas possíveis;

Avaliar e sistematizar as ações e resultados relativos à questão da “governança” das diversas redes de parcerias e relações em todas as três regiões geográficas abrangidas pelo Programa Xingu;

Realizar avaliação junto aos diversos parceiros e interlocutores dos componentes do Programa Xingu, visando identificar seu engajamento e compromisso com suas metas e objetivos, o que poderia contribuir para uma avaliação de impacto mais ampla do Programa.

4.11 Parceria Rainforest Noruega e Programa Xingu

Durante o processo de avaliação do Programa Xingu, tanto ISA como a ATIX reconheceram o caráter diferenciado do apoio da RFN. Para ambos, a parceria com a RFN é muito mais que financiamento, representa uma verdadeira parceria institucional estratégica. Alguns elementos foram destacados na relação:

- Flexibilidade na gestão dos recursos;
- Apoio institucional e remuneração de pessoal, o que permite uma estabilidade ao trabalho;
- Grande disponibilidade da RFN para acompanhar as atividades realizadas pelos parceiros;
- Acompanhamento de perto das atividades, participando da reflexão, planejamento, avaliação e tomada de decisões;
- Apoio a reuniões de intercâmbio e articulação política;
- Compreensão em relação a aspectos estratégicos e mais gerais, mesmo extrapolando o foco específico dos projetos apoiados.
- O fato da parceria da RFN com o ISA e ATIX ter a flexibilidade que tem, permitiu que as instituições ampliassem seu leque de parcerias.

A presença e importância do apoio da RFN às atividades no PIX foi reforçada também pelas comunidades indígenas visitadas. Na aldeia Capivara, por exemplo, as lideranças comunitárias afirmaram que sabem que os recursos para fiscalização, atividade na qual eles próprios participam, vem da RFN. Pediram que os avaliadores levassem uma mensagem para a equipe da RFN:

“As coisas que fazemos com os recursos da RFN estão funcionando de verdade. Pede para eles continuarem ajudando a gente!” (Comunidade Capivara)

Em relação ao ISA, o apoio da RFN nasce junto com o início dos trabalhos da instituição no PIX, haja vista sua relação próxima com as instituições anteriores (AVA e FMV).

Tanto ISA como ATIX, entretanto, também reconhecem um certo afastamento do acompanhamento da RFN nos últimos anos, provavelmente, segundo eles, devido à ampliação das áreas de atuação da RFN para Ásia e África.

Por outro lado, foi destacado que o apoio via “Pacote” proporcionou um novo impulso às atividades e à parceria em geral, alinhando-se à nova abordagem estratégica do “Corredor Xingu”, adotada pelo ISA

Nas recomendações específicas de cada um dos itens avaliados, apontamos algumas recomendações específicas para a RFN. Em termos gerais, entretanto, gostaríamos de reforçar a recomendação geral de que haja um maior envolvimento da RFN com o processo decisório e as atividades executadas pelo ISA e ATIX, especialmente aquelas de caráter mais “estratégico”, como é o caso da consolidação da mudança de patamar de atuação institucional do ISA para o “Corredor Xingu” como um todo e o processo de reestruturação vivido atualmente pela ATIX.

5 Considerações finais

No período abrangido por esta Avaliação, o Programa Xingu do Instituto Socioambiental tem atravessado um processo, ainda em curso, de intensa transformação. A orientação destas transformações nos pareceu positiva, embora estas mudanças acarretem em uma grande ampliação da carga e complexidade de trabalho e no enfrentamento de uma série de riscos institucionais.

O Programa Xingu já não é mais um programa voltado exclusiva ou prioritariamente ao Parque Indígena do Xingu. Apesar do PIX ser o foco geográfico histórico, a abrangência atual do Programa é muito mais vasta e inclui diretamente ainda a região das Cabeceiras do rio Xingu e a Terra do Meio.

A relação entre o PIX e seu entorno e a área das Cabeceiras do Rio Xingu pode até ser entendida numa lógica micro-regional de interação e interdependência. Tanto o entorno tem impacto direto e significativo sobre o que ocorre dentro do PIX, como o PIX pode cumprir um importante e necessário papel socioambiental para a região. É preciso, entretanto, superar resistências históricas de ambas as partes: povos indígenas e população regional.

O componente do Programa Xingu voltado para a região das Cabeceiras, articulado pela Campanha Y Ikatu Xingu, portanto, aborda temas e desenvolve ações críticas tanto para o PIX como para a região como um todo, sendo possível assumir um importante papel no processo de articulação regional entre povos indígenas e população regional. Nesse sentido, entendemos todo o cuidado que a equipe tem demonstrado no protagonismo desta articulação, mas gostaríamos de reforçar nossa percepção de que, numa próxima etapa, este papel talvez pudesse avançar um pouco mais.

O trabalho na região da Terra do Meio, entretanto, representa de fato uma ampliação mais ousada da abrangência territorial do Programa Xingu. O Baixo Rio Xingu e a região de Altamira têm pouca relação histórica com o PIX e a área das Cabaceiras. O diálogo e a interlocução entre essas áreas são menos evidentes e óbvias. Além disso, entre as duas áreas, existe o vasto território dos Kayapó, não incluído no Programa Xingu do ISA.

Se por um lado, o fato do Programa Xingu assumir uma pauta de trabalho nesta nova e distante região, representa uma nova frente de ação, por outro lado, é um passo importante na consolidação de uma abordagem mais geral do “Corredor Xingu”.

Nesse sentido, é sintomática a agenda de discussões sobre a usina Hidrelétrica de Belo Monte, que tem representado um canal efetivo e concreto de diálogo entre todas as regiões da Bacia do Xingu. O ISA tem tido importante protagonismo na mobilização, articulação e qualificação deste diálogo.

Na extensão do “Corredor do Xingu” estão presentes diversas situações emblemáticas e casos paradigmáticos. São dois biomas (Amazônia e Cerrado), nos quais estão presentes um vasto mosaico de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), diversas frentes de exploração econômica (gado, madeira, soja etc.) e onde convivem povos indígenas, populações tradicionais e migrantes de várias regiões do país.

Na percepção destes avaliadores, a região representa uma realidade extremamente importante para pensar e agir sobre questões relativas ao desenvolvimento, meio ambiente e populações. Não só para o Brasil, mas talvez um caso com elementos importantes inclusive para outros países.

Uma abordagem da Bacia como um todo é algo inovador e traz nova perspectiva de planejamento territorial, o que tem sido assimilado inclusive pelo Governo Federal brasileiro (Programa Zoneamento Ecológico Econômico do MMA e Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas do MME).

Parece-nos que faz sentido para o ISA, portanto, a decisão de ampliar a área de atuação do Programa para o Corredor Xingu como um todo, o que representa um efetivo incremento de seu escopo institucional. O ISA tem a oportunidade de trabalho

pioneiro para construir e “mostrar o caminho” de como realizar uma abordagem regional e de Bacia. Possui competência técnica e autoridade política para tal tarefa.

O Programa Xingu demonstrou eficiência na condução de suas ações. Considerando todas as limitações metodológicas já apresentadas, no curso de nossa Avaliação não pudemos observar atividades que pudessem ou devessem ser substituídas por outras que apresentassem um “custo-benefício” evidentemente mais vantajoso. As equipes envolvidas são muito motivadas e qualificadas para realizar suas tarefas. A “produtividade” nos pareceu tão alta quanto se poderia esperar.

Diante da avaliação geral feita sobre os componentes, podemos afirmar com certa segurança, que o Programa Xingu tem contribuições para o combate ao desmatamento. Porém, é difícil estimar com clareza e precisão qual o grau desta contribuição. Uma análise mais precisa sobre este impacto deve ficar para uma próxima oportunidade.

Em relação ao trabalho com os povos indígenas, a questão chave é o fortalecimento das capacidades e a autonomia. Na prática, isso representa um trabalho de formação e transferência de conhecimentos e tecnologia, por parte do ISA para os povos e comunidades indígenas. Colocando em perspectiva histórica, na medida em que o trabalho “avança”, a presença e o protagonismo do ISA deve ir diminuindo e, portanto, se transformando.

Porém, este é um longo processo, cujos resultados são geralmente mais lentos que o esperado. Por um lado, não são apenas “conhecimentos” ou “técnicas” a serem assimiladas pelos povos indígenas, mas também novas lógicas e visões de mundo. Esta transformação, no entanto, só é possível através das gerações.

Nesse sentido, o ISA precisa estar atento às mudanças e ter a habilidade de também transformar seu escopo e formato de atuação. A equipe do Programa demonstrou sensibilidade e cuidado no que se refere à dosagem de até que ponto vai sua atuação e a partir de que ponto deve iniciar o protagonismo indígena. Reconhecemos que é uma difícil tarefa, saber quando esperar pela iniciativa indígena, quando incentivá-la e quando é necessário ser mais pró-ativo e assumir a iniciativa.

Esta não é uma definição fácil, ainda mais no momento institucional crítico pelo qual a ATIX está passando atualmente. Acreditamos que este é um momento importante e que demanda todo o cuidado e atenção, tanto por parte do ISA, como dos parceiros institucionais mais próximos da ATIX, como é o caso da RFN.

Assumir a abrangência do “Corredor Xingu”, entretanto, eleva o patamar de atuação da instituição e aumenta proporcionalmente as dificuldades: sobrecarga de trabalho, custo mais alto, arranjo de gestão mais complexo, novos conhecimentos e expertise necessárias, resistências e rivalidades entre os setores, entre outros mais.

O grande desafio é “dar conta do recado”. Não deixa de representar certo risco o fato de terem aumentado o patamar de atuação da instituição e assumido muito mais tarefas. Será preciso ter mais fôlego, mais equipe e mais recursos para manter o padrão de qualidade de trabalho neste novo patamar. Parece-nos importante o investimento, que tem sido realizado, em alternativas de estabilidade e sustentabilidade institucional a médio e longo prazos, através do REDD e projetos de crédito de carbono.

Nesse sentido, a relação entre a governança do Programa e a gestão de cada um de seus componentes tem importância estratégica. Ainda que nossa avaliação desta relação seja positiva, nos parece um aspecto crítico a gestão estratégica global do “Corredor Xingu”, para o qual o “Pacote RFN” cumpre um importante papel. Desta forma, acreditamos que a RFN poderia prestar apoio e assumir papel de parceria mais ativo neste nível de gestão estratégica. Com isto, estará mais próxima do ISA neste complexo e amplo processo decisório, necessário para enfrentar os riscos inerentes à nova abrangência do Programa Xingu.

À guisa de conclusão geral, nossa conclusão é que o Programa Xingu, a despeito de todos os desafios colocados em seu horizonte futuro, demonstrou muitas conquistas e um direcionamento correto desde 2005. Apesar de muitas de suas medidas e ações estratégicas carecerem de um período maior para produzir impactos mais tangíveis, nossa avaliação identificou alguns resultados positivos já observáveis. A relevância do Programa é evidentemente alta, talvez até mais alta em 2009 do que em 2005. É clara também a eficiência do Programa, em todos seus níveis,

assim como medidas para buscar sua sustentabilidade têm sido tomadas.

Em termos gerais, portanto, podemos considerar que o Programa Xingu “está no rumo certo”.

Anexo I:

Termo de Referência

Instituto Socioambiental (ISA)

Associação Terra Indígena Xingu (ATIX)

Termo de Referência para a avaliação dos projetos de ISA e ATIX financiados pela Rainforest Foundation Noruega (RFN) na bacia do Xingu no período 2003-2008

1. Objetivos Gerais da Avaliação

Obter uma avaliação dos processos, resultados e impactos do projeto de cooperação da RFN com a ATIX e o ISA, através de uma análise crítica da relevância e do desempenho do Programa Xingu do ISA e Associação Terra Indígena Xingu-ATIX, no período 2003-2008, em suas diferentes linhas de ação, levando em conta os objetivos inicialmente propostos e os meios disponibilizados ao longo do período, com base em parâmetros de relevância, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade;

Apresentar subsídios e recomendações para processos e ações em andamento e para futuros planejamentos e tomadas de decisão de ISA, ATIX e RFN.

2. Contexto

A região do rio Xingu tem sido palco de enormes mudanças nos últimos 40 anos. A abertura das rodovias Cuiabá - Santarém, BR 158, Transamazônica e BR 80 impulsionaram a criação e expansão de núcleos urbanos, a implantação de grandes projetos pecuários, à formação de pólos de exploração madeireira, assentamentos promovidos pelo INCRA e mais recentemente, projetos de

monocultura decorrentes da expansão do eixo da soja no Estado do Mato Grosso.

Esta coalizão de interesses econômicos tem sido responsável por uma das maiores taxas de desmatamento da Amazônia, com forte impacto sobre os recursos hídricos e biológicos da região das cabeceiras do rio Xingu. O modelo econômico revigorado com a chegada da soja no final da década de 90, vem acumulando um enorme passivo ambiental, aprofundando os impactos ambientais sobre a biodiversidade regional e fragilizando a sustentabilidade das populações indígenas e caboclas localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu.

Desde 1995 a Rainforest da Noruega vem apoiando o Programa Xingu do ISA e a Associação Terra Indígena Xingu – ATIX. Até 2003 o escopo de atuação do Programa Xingu e do apoio da RFN se concentrou no Parque Indígena do Xingu e na TI Panará, onde ao longo deste período desenvolveu um conjunto articulado de atividades voltadas a promover a sustentabilidade econômica, cultural e política dos 17 povos indígenas que habitam estas áreas.

A partir de 2003 o Programa Xingu do ISA passou a ampliar sua ação na bacia do Rio Xingu, passando a atuar na região das cabeceiras do Xingu no Estado de Mato Grosso, no entorno do Parque Indígena do Xingu, onde desde então vem promovendo iniciativas de responsabilidade socioambiental compartilhada, no âmbito da campanha Y Ikatu Xingu, que visam a adequação socioambiental das propriedades e dos municípios da região. Neste mesmo período o Programa ampliou sua atuação para a região da Terra do Meio, situada no norte da bacia, no estado do Pará, buscando o reconhecimento de um mosaico de unidades de conservação, dando ênfase ao reconhecimento dos direitos territoriais e desenvolvimento de ações voltadas a promover a sustentabilidade política, econômica e cultural da população extrativista que habita as Reservas Extrativistas do Riozinho do Anfriso, Xingu e Iriri. O reconhecimento oficial deste Mosaico veio conformar um corredor de áreas protegidas já reconhecidas pelo governo (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) de 28 milhões de hectares, que abriga uma enorme diversidade socioambiental, onde vivem 24 povos indígenas e populações extrativistas, abrangendo os biomas do cerrado, florestas de transição e floresta Amazônica.

Além das estratégicas e ações específicas desenvolvidas com diferentes públicos e recortes geográficos dentro da bacia, o Programa Xingu vem desenvolvendo esforços voltados a promover uma gestão mais integrada deste corredor, inicialmente buscando articular e integrar estratégias de unidades territoriais com perfil socioambiental mais homogêneo, visando uma gestão futura mais integrada de todo corredor.

Atualmente compõem o Programa Xingu do ISA as seguintes linhas de ação:

Parque Indígena do Xingu e TI Panará.

- Manejo sustentável de recursos naturais e apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações indígenas;
- Apoio à qualificação das escolas indígenas e das iniciativas educacionais comunitárias no baixo e médio Xingu do Parque Indígena do Xingu (PIX) e TI Panará;
- Capacitação em gestão e fortalecimento institucional das associações indígenas;
- Apoio às iniciativas indígenas de revitalização e registro de manifestações culturais;
- Proteção e fiscalização dos limites do Parque Indígena Xingu;
- Diagnóstico socioambiental, conservação e recuperação da região dos formadores do rio Xingu;

Adequação socioambiental das propriedades e municípios.

- Campanha 'Y Ikatu Xingu: Proteção dos recursos hídricos e recuperação das matas ciliares e cabeceiras de rios;
- Fomento a Cultura florestal e agroflorestal
- Formação e educação agroflorestal
- Desenvolvimento de métodos e custos de restauração florestal
- Mobilização e articulação de parcerias

Terra do Meio.

- Consolidação do Mosaico de UCs da Terra do Meio e do corredor de áreas protegidas da bacia do rio Xingu.
- Gestão integrada do Mosaico de Unidades de Conservação.
- Fortalecimento das associações locais e formação de seus dirigentes.
- Valorização da produção extrativista.

3. Metodologia :

A avaliação vai ser feita por uma equipa de avaliadores externos independentes no período de setembro e outubro de 2009. A equipe será composta por um avaliador do Brasil e outro da Noruega. A avaliação será feita por uma combinação de estudos de documentos relevantes, elaboração de um guia de entrevistas e levantamento de dados no campo, elaboração de relatório, preparação e implementação de um seminário para compartilhar os resultados.

- Exame da documentação institucional, a ser disponibilizada pela ATIX e ISA à equipe de avaliadores, através de um dossiê;
- Reunião preliminar dos avaliadores com a direção da ATIX e integrantes da equipe do Programa Xingu do ISA, em São Paulo e Canarana.
- Entrevistas abertas com especialistas e profissionais de diferentes instituições relacionados direta ou indiretamente com os projetos em questão, nas cidades de São Paulo, Brasília, Canarana, Cuiabá. A ATIX e o ISA facilitarão esses contatos, agendando as entrevistas que os avaliadores julgarem relevantes;
- Entrevistas abertas com integrantes das diretorias da ATIX e das associações étnicas Moygu, AIK, Yarikaiu, Tapawia, lideranças indígenas das etnias Yudja, Kisedje, Kaiabi e Ikpeng e Panará Tais entrevistas, a serem realizadas dentro do Parque Indígena do Xingu e TI Panará.
- Visitas aos municípios chaves de execução dos projetos, com ênfase nos municípios de Canarana, Querência e S. José do Xingu-MT, Altamira - PA. Ao longo das visitas aos

municípios serão realizadas entrevistas abertas com produtores rurais, agricultores familiares, prefeitos, secretários municipais e membros da sociedade local e integrantes das equipes da ATIX e ISA;

- Realização de um seminário de dois dias, em Canarana, reunindo a direção da ATIX, representantes das demais organizações indígenas parceiras e integrantes da equipe do Programa Xingu do ISA;
- Ao final do trabalho de campo, será realizada uma breve reunião, em Canarana, entre os avaliadores e destes com a direção da ATIX e Coordenação do Programa Xingu do ISA e integrantes da equipe técnica do ISA para apresentação e discussão das primeiras impressões e esclarecimentos;
- Elaboração de Relatórios Parciais pelos avaliadores no Brasil.
- Seminário final, em Canarana, com a direção da ATIX, equipe e coordenação do ISA, representantes das organizações parceiras para reflexão conjunta sobre o processo de avaliação, os resultados preliminares e conclusões da equipe avaliadora assim como para discussão do delineamento de estratégias futuras de intervenção;
- Elaboração do Relatório Final;

4. Questões a serem tratadas na avaliação

- É adequado o modelo de parceria entre Noruega para a região do Xingu visando promover transformações em prol do reconhecimento oficial dos direitos territoriais e culturais indígenas e de populações extrativistas da Região, proteção biodiversidade e adequação socioambiental do modelo de ocupação regional?
- Qual tem sido a aptidão da ATIX e demais associações étnicas em identificar oportunidades, formular projetos e captar recursos que possibilitem o desdobramento de ações desenvolvidas em nível local?
- Qual a presente capacidade do ISA e da ATIX de influenciar políticas públicas locais, regionais e nacionais adequadas a um desenvolvimento sustentável na região do Xingu?

- Houve, no período em questão, ampliação da capacidade de interlocução da ATIX e ISA com instituições governamentais e não governamentais visando à ampliação e diversificação de parcerias?
- Qual é a percepção da ATIX sobre a atuação dos parceiros (ISA e RFN), particularmente no tocante à autonomia da organização?
- O projeto contribuiu para uma evolução do desenvolvimento organizacional da ATIX e das demais associações étnicas?
- Qual o grau de mobilização e de interação da ATIX com as demais associações étnicas do PIX.?
- Houve melhorias no nível de mobilização das comunidades e organizações do médio/baixo rio Xingu?
- Qual o patamar de integração das reivindicações específicas das mulheres indígenas, assim como a participação destas nos processos econômicos e sociais ativados pela ATIX ?
- Em que medida o padrão de relações do ISA com a ATIX e demais associações locais, no decorrer dos últimos anos vem propiciando autonomia e/ou gerando dependência? Considerar, entre outras, as seguintes dimensões: gerenciamento administrativo-financeiro, gestão de projetos, sustentabilidade financeira, organização socio-política, capacidade técnica e operacional, delineamento de estratégias institucionais e incidência em políticas públicas

Impactos

- Qual a percepção das populações diretamente beneficiadas sobre as intervenções, suas linhas de ação, atividades e resultados?
- Quais são os efeitos percebidos pelos beneficiários dos projetos afetados pelas intervenções?
- Quais foram os efeitos reais, positivos e negativos, das intervenções? O que de fato mudou nas condições de vida e na conduta dos agentes relacionados ao Programa e como isso se reflete nas comunidades?

- Qual o patamar de execução dos projetos aprovados, levando em conta os objetivos e atividades previstas e a disponibilidade de meios e recursos?
- Até que nível o desenvolvimento identificado é o resultado das intervenções em vez de fatores externos?
- Que pode ser feito para ter uma intervenção mais eficaz?
- Quais são os mecanismos utilizados do ISA e ATIX durante o planejamento e a implementação para assegurar se que os recursos foram utilizados de uma maneira eficiente?
- A intervenção poderia ser implementada com menos recursos sem reduzir a qualidade ou quantidade da intervenção?

Relevância

- Os objetivos e linhas de ação das intervenções são coerentes e respondem a quais prioridades ?
- Qual a capacidade de interlocução dos atores nas intervenções (ISA e ATIX) com outras instituições, movimentos e colaboradores visando à constituição de parcerias estáveis e apropriadas em suas diferentes linhas de ação?
- A área de abrangência das intervenções é adequada às suas capacidades técnicas e às suas diferentes linhas de ação?
- ISA têm sido capazes de influenciar políticas públicas locais, regionais e nacionais adequadas a um desenvolvimento socioambiental sustentável na região que atua?
- Quais as contribuições das intervenções na construção de políticas socioambientais e setoriais em nível local, regional e nacional, em esferas de governo e de sociedade civil?
- A intervenção tem a potencialidade de ser replicada?
- Em que medida é apropriada a tecnologia introduzida e utilizada pelos atores em suas linhas de ação?

Sustentabilidade

- Qual o presente grau de sustentabilidade das intervenções?

- Especificamente sobre a sustentabilidade financeira econômica?
- A intervenção tem conseguido manter o fluxo de ações em situações de encerramento de apoios externos? Quais as perspectivas frente aos apoios atualmente em curso?
- Qual têm sido a capacidade e as estratégias dos atores em atrair novas parcerias para apoiar suas diferentes linhas de ação?
- Como tem se dado o processo de “Autonomização” das comunidades e parceiros beneficiários?

Estrutura e governança das intervenções

- Existe uma adequação pessoal e profissional na equipe do ISA compatível com sua missão e responsabilidades? É possível e necessário aprimorá-la?
- Qual o grau de interação entre as diferentes linhas de ação dos programas do ISA? Quanta flexibilidade existe no desenho das ações?
- É clara a organização da coordenação e comando das intervenções e suas linhas de ação?
- Como o Programa Xingu/ISA interage com outros programas do Instituto Socioambiental? E entre suas diferentes frentes?
- Como se dá integração entre equipe PIX, Terra do Meio, e da Campanha Y Ikatu Xingu?

5. CRONOGRAMA

A presente avaliação deverá ser realizada nos meses de setembro e outubro de 2007, de acordo com o seguinte cronograma:

01/08 Encaminhamento dos documentos para avaliadores

07/09 Entrevistas em São Paulo com coordenador do Programa Xingu

08/09 Viagem para Altamira

09/09 Entrevistas com coordenador do projeto Terra do Meio e parceiros locais em Altamira

10/09 Viagem para Brasília - Conversa com PPDS com pessoas articuladas com programa Xingu (Raul, Márcio e Natálie)

11/09 Viagem para Canarana

12 a 14/09 Entrevistas com equipe do Programa Xingu, ATIX e parceiros locais em Canarana

15/09 Visita a projetos em Querência

16/09 Viagem para Diauarum - Entrevista com equipe do Programa Xingu e ATIX no Diauarum

18/09 Visita aldeias Capivara e Tuba Tuba

19/09 Viagem para Canarana

20/09 a 27/09 Elaboração de relatório

28/09 Encaminhamento do relatório para ISA e ATIX

18 e 19/10 Seminário em Canarana.

6. DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

- Relatórios institucionais do Programa Xingu do ISA no período de 2003 a 2008;
- Relatórios técnicos e diagnósticos relevantes ao entendimento das ações no período, a ser levantado pelas equipes do Programa Xingu do ISA e ATIX.
- Planos de trabalho do Programa Xingu e ATIX período 2003 a 2009.

Publicações do Programa Xingu no período.

Anexo II:

Roteiro e lista de pessoas entrevistadas durante o trabalho de campo.

(2009)	Localidade	Nome(s) de pessoa(s)	Afiliação/Instituição
29/10	Brasília		
30/10	Canarana	André Villas-Bôas, Rodrigo Prates Junqueira e Marcelo Salazar,	ISA / Coordenação do Programa Xingu
31/10	Diauarum (PIX)	André Villas-Bôas e Paulo Junqueira	ISA / Coordenação do Programa Xingu
	Diauarum (PIX)	Paulo Junqueira, Paula Mendonça e Rosana Gasparim	ISA / Equipe de qualificação das escolas indígenas
	Diauarum (PIX)	Francisco Fortes e Letícia	ISA / Equipe de apoio às associações indígenas
01/11	Diauarum (PIX)	Kátia Onu e Renata Faria	ISA / Equipe de manejo de recursos naturais
	Diauarum (PIX)	Marauê Kaiabi, Alupá Kaiabi, Daiki Waurá, Kak Kaiabi, Waré Kaiabi, Tari Kaiabi e Makupá Kaiabi	Diretoria da ATIX, membros do GT de reestruturação e representantes indígenas
02/11	Aldeia Capivara	Cacique, professor e diversos membros da comunidade	Povo Kaiabi
	Aldeia Moitará	Cacique Maraitá e diversos membros da comunidade	Povo Kaiabi
03/11	Aldeia Ngohjwere	Conversa com responsável pela fiscalização territorial	Povo Kinsedjê
04/11	Aldeia Ngohjwere	Cacique	Povo Kinsedjê

(2009)	Localidade	Nome(s) de pessoa(s)	Afiliação/Instituição
04/11	Querência: Assentamento Brasil Novo	Aldo Rosa	Presidente da Associação Estrela da Paz
	Querência: Assentamento Brasil Novo	Armando Menin	Agricultor familiar
05/11	Canarana	Alupá Kaiabi, Daikí Waurá e Ianukulá Kaiabi	Coordenação da ATIX
	Canarana	Rodrigo Junqueira, Christina Velasquez, Vanderlei, Heber, Nicola e Cleo	ISA / Equipe do Campanha e entorno do PIX
06/11	Canarana	Ivan	Vivieiro da Prefeitura de Canarana
	Canarana	Eliane Felten	Secretária da Agricultura de Prefeitura de Canarana
07/11	Brasília - Altamira		
08/11	Altamira	Marcelo Salazar, Erika (PPDS) e Márcio	ISA / Terra do Meio
09/11	Altamira	Marcelo Salazar, Márcio e Naldo	ISA / Equipe do Terra do Meio
	Altamira	Ana Paula Santos Serra e Antonia Melo	Fundação Viver Produzir e Preservar – FVPP
	Altamira	Dr. Rodrigo Costa	Procurador do Ministério Público Federal
	Altamira	Herculano Silva, Raimundo Belmiro, José Ribeiro e outros moradores das RESEX	RESEX do Riozinho do Anfrisio, RESEX Xingu, RESEX Iriri
10/11	Brasília	Márcio Santilli e Adriana Ramos André Villas-Bôas	ISA / Programa de Políticas Públicas Programa Xingu